

25/2/2008

UFRJ define destino do PRE

Recursos já enviados do Programa de Reestruturação e Expansão podem ir para complexo acadêmico e alojamento

A construção de prédios para ampliar a oferta de salas de aula e possibilitar a transferência de atividades de unidades para o Fundão faz parte das linhas gerais da proposta para aplicação dos recursos enviados pelo governo para o Plano de Reestruturação e Expansão da UFRJ (PRE-UFRJ), que está sendo preparada pela Reitoria, segundo o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi.

“A proposta está em fase de detalhamento”, disse Carlos Levi, explicando que a definição final dependerá das orientações da comissão responsável pelo plano diretor (em vias de produzir seu relatório final) e a sua apreciação pelo Conselho Universitário.

A verba, enviada no fim do ano passado, é de R\$ 17,5 milhões, correspondente a 60% do valor destinado a investimento na UFRJ para 2008.

Segundo Levi, além de um um complexo de prédios, está entre as prioridades a ampliação da capacidade do alojamento e a construção de refeitórios para comporem – junto com o restaurante, que terá a cozinha central, já em construção – o sistema de distribuição de refeições.

A aplicação dos recursos foi definida pela resolução do Conselho Universitário, que aprovou o PRE -UFRJ. Como os recursos já estão disponibilizados, a UFRJ poderá partir – segundo Levi – para a licitação e contratação do projeto do complexo de instalações acadêmicas e do novo alojamento, cuja construção a Reitoria espera que comece ainda em 2008.

Para a diretoria do SINTUFRJ, no entanto, a discussão nos fóruns institucionais como o Consuni não isenta a Reitoria da necessidade de debater com a comunidade as prioridades do Programa, em particular no que tange a um tema tão polêmico quanto a transferência de unidades para o Fundão, mesmo que voluntária, conforme garante a Administração Central.

Bandejão

As obras do bandejão estão com atraso, mas a Reitoria tem a meta de iniciar a operação do refeitório no fim de maio. “Não significa o final da obra. Queremos que a parte do refeitório possa começar a operar. Está em processo de licitação a empresa que vai cuidar da produção e distribuição da refeição neste refeitório”, disse Levi.

Primeira reunião

O estafe da Reitoria fez a primeira grande reunião de trabalho na semana passada. Tratou da continuidade do conjunto de ações definidas em 2007, com destaque para os desdobramentos do PRE-UFRJ aprovado ano passado e a definição de estratégias para sua implantação: “O Programa dominou por conta de sua importância, mas foram tratadas também questões de caráter mais geral”, disse o pró-reitor, explicando que o plano diretor afeta praticamente todas as iniciativas: “Temos interesse, de forma urgente-urgentíssima nesse momento, de convergir para um plano diretor para que a gente possa, de forma consistente e madura, desenvolver o trabalho”.

Plano diretor

A solicitação de algumas unidades de cessão de espaço para expansão no Fundão, em pauta na sessão do Conselho Universitário do dia 14, suscitou longa discussão que levou à aprovação da proposição da bancada técnico-administrativa de que o resultado do trabalho da Comissão designada para assessoria à Reitoria sobre o plano diretor da UFRJ seja apresentado em 60 dias.

Entre os processos em pauta havia projetos de construção do prédio para o Núcleo Tecnológico de Educação a Distância; um novo prédio para a Coppead e expansão do CT. Compunha a pauta ainda o projeto de construção do Terminal de Integração e Praça da Alimentação.

“Abriu-se debate e coloquei que tudo deveria estar dentro do plano diretor. Não se podia ceder espaço, por mais importante que fosse, sem planejamento”, explicou o técnico-administrativo

Agnaldo Fernandes, ponderando: "Durante quase um semestre, ano passado, houve todo aquele esforço para discussão do Plano de Reestruturação e Expansão da UFRJ. E agora começamos o ano sem o plano diretor, e com cessão de terrenos da ilha? Quando chegarmos efetivamente a discutir o plano, o campus todo estará loteado. Tem que haver prazo para apresentação por parte da comissão designada pela Reitoria: dia 24 de abril". A proposta foi aprovada por unanimidade.

O conselheiro Jeferson Salazar também comentou a importância do plano, que vai traçar linhas básicas de intervenção urbanística na ilha: "Não se justifica a aprovação de pedidos isolados de cessão de terreno. É preciso um planejamento global para sua ocupação".

Iniciativas esbarram na falta do plano diretor

A comissão, presidida pelo reitor, é composta pela vice-reitora, Silvia Vargas, pelo pró-reitor de Desenvolvimento e Planejamento, Carlos Levi, pelo professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Carlos Vainer, e pelos professores Paulo Benetti, da Arquitetura, Roberto Lent, do ICB, João Ferreira, da Psiquiatria, Ivana Bentes, da Comunicação, Luiz Pinguelli Rosa, da Coppe. "A intenção era reunir um conjunto de pessoas que tivessem vivência da universidade, pudessem contribuir para reflexão e servir de assessoramento para a Reitoria", explicou Levi. "Já existem iniciativas acalentadas e desenvolvidas e existe a necessidade de ter um plano diretor que corresponda às atuais necessidades da Universidade. E como a gente está num momento de convergência para o novo plano, há que se ter alguma tolerância para conviver com essa situação. Mas acho que até por causa disso há motivação para a definição do plano diretor", explicou o pró-reitor, que acredita que a comissão tem condições de concluir o trabalho nesses 60 dias. "Acho que talvez não devamos ter expectativa de um detalhamento muito fino. Podem ter linhas gerais e a definição de áreas a serem ocupadas, assim como orientações que traduzam os compromissos que a comunidade definiu quando aprovou o nosso Plano de Reestruturação e Expansão", disse Levi.

5/11/2007

Congresso interno apontará caminhos do PRE na UFRJ

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Antonio Levi, disse que muito provavelmente será num congresso interno que a UFRJ discutirá os detalhes para implantação imediata do módulo I do Plano de Reestruturação e Expansão (PRE), como também dos módulos II e III.

A proposta de realização de um congresso paritário com a participação de todos os segmentos da Universidade foi do SINTUFRJ. Desde o início o reitor Aloísio Teixeira afirmou ser simpático à idéia, e que a levaria à apreciação do Conselho Universitário.

Na avaliação de Carlos Levi, ainda não será no próximo Conselho Universitário, dia 8 de novembro, que a realização do congresso será discutida e levada à aprovação dos conselheiros. Antes disso, explicou, é preciso que o Consuni delibere sobre assuntos já pautados e de urgência, como por exemplo definição das regras do concurso para professores já autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Balanco do MEC

Trinta e cinco das 54 universidades federais do país já encaminharam ao Ministério da Educação (o prazo era até o dia 29 de outubro) suas propostas de Plano de Reestruturação e Expansão. A Universidade Federal Fluminense (UFF) integra a lista das instituições que não conseguiram aprovar no Conselho Universitário apoio ao projeto do governo (Reuni), em virtude de mobilizações contrárias de setores do movimento estudantil, de professores e funcionários. Como ocorreu na UFRJ, estudantes ocuparam a Reitoria da UFF, sendo que lá, por duas vezes, eles conseguiram impedir a realização das sessões do Consuni. Os opositores ao Reuni afirmam que o programa precariza o ensino nas universidades federais, pois impõe prazos para expansão de vagas sem garantir recursos suficientes. Segundo os críticos, com a implantação do Reuni a graduação seria transformada em escolão de terceiro grau, prejudicando o ensino e a pesquisa.

Nas 35 universidades, em 11 os conselhos universitários aprovaram a adesão ao programa por unanimidade: UFMT, UFBA, UFAM, UFGD, UFSJ, UFMS, UFS, UFV, FFFCMPA e UFLA. Em outras 11, na votação dos conselhos houve abstenções, sendo que na Uni-Rio, dos 75 conselheiros, 19 não votaram, 50 votaram a favor e 6 contra.

Garantiu recursos

A UFRJ, assim como as outras 34 instituições, garantiu o recebimento de verbas extras já no próximo semestre. As 19 retardatárias têm até 17 de dezembro para fazer sua adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mas só terão parte dos recursos de R\$ 174.157 milhões destinados para o próximo ano no segundo semestre.

Em síntese, o programa do Ministério da Educação é voltado para o aumento do número de vagas, redução das taxas de evasão, ampliação da mobilidade estudantil e articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica. Portanto, as propostas das instituições que foram encaminhadas dentro do 1º prazo estipulado pela Secretaria de Ensino Superior (Sesu) devem contemplar todos esses itens, principalmente o aumento do número de vagas de ingresso no ensino noturno, revisão acadêmica, diversificação das modalidades de graduação, e a articulação da educação superior com a pós-graduação e com a educação básica.

A mobilidade estudantil será garantida pela flexibilização curricular, que permitirá aos estudantes cursarem disciplinas em qualquer instituição que tenha aderido ao Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Mas o diploma será expedido pela universidade para a qual passou e está matriculado. Devem ainda intensificar o uso de tecnologias de apoio à aprendizagem e garantir a inclusão social.

Avaliação das propostas

Caberá a uma comissão da Secretaria de Ensino Superior analisar tecnicamente as propostas encaminhadas pelas universidades de acordo com a meta global do

Reuni: elevar, em cinco anos, a taxa de conclusão média dos cursos presenciais para 90% e a relação de alunos de graduação em curso presenciais para 18 alunos por professor. Após a avaliação técnica, uma comissão de 76 professores e pesquisadores, fará o exame do conteúdo das propostas. As sugestões devem atender ao decreto que institui o programa.

No dia 7 de dezembro o MEC divulgará a lista das propostas aprovadas. As universidades que tiverem seus projetos reprovados terão até 12 de dezembro para apresentar recursos. A lista definitiva das instituições que terão orçamento garantido no primeiro semestre de 2008 sai em 21 de dezembro. As universidades assinarão um acordo de metas, com determinação de recursos e prazos para viabilização das propostas.

Fasubra discute Reuni

O Grupo de Trabalho sobre Educação da Fasubra, reuniu-se dias 27 e 28 de outubro em Brasília. O objetivo foi a análise do decreto que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ana Maria Ribeiro e Risaneide Alves representaram o GT-Educação do SINTUFRJ. Elas levaram a proposta de que a Fasubra solicite a prorrogação do prazo para adesão ao Reuni.

O grupo fez a leitura do decreto com interpretação dos artigos e, como é um organismo consultivo, indicou à diretoria da Fasubra que solicite ao MEC a prorrogação do prazo.

Na opinião da delegada Ana Maria Ribeiro, a convocação do GT aconteceu tardiamente, porque a maioria das universidades já discutiu e decidiu a respeito da adesão ao programa do governo só que nem sempre com o mesmo grau de participação da comunidade como foi na UFRJ.

O CEG de quarta-feira dia 31 – excepcionalmente no salão nobre do CT – discutiu o edital de bolsas de iniciação artística e cultural.

29/10/2007

Reitoria envia PRE ao MEC

A maioria das emendas apresentadas pelo SINTUFRJ foi incorporada ao projeto

Sessão ordinária do Conselho Universitário aprovou, na quinta-feira, 25, as emendas e destaques ao Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRJ. A maioria das propostas do SINTUFRJ constou do documento enviado pelo reitor Aloísio Teixeira ao Ministério da Educação. O primeiro prazo para que isso ocorresse e que garantirá à UFRJ prioridade no recebimento da primeira parcela dos R\$ 110 milhões da verba extra se encerra nesta segunda-feira, 29. Os recursos para 2008 já estão no orçamento do MEC e deverão ser liberados no primeiro semestre do ano.

“Foi uma sessão histórica, porque depois do que aconteceu no dia 18 havia uma preocupação de como reconstruir o ambiente próprio da Universidade para discussão. Avançamos e todos contribuíram para isso: estudantes, Reitoria, técnicos-administrativos, professores, conselheiros. A UFRJ está de parabéns”, comemorou ao final do Consuni Aloísio Teixeira. Os estudantes contrários ao PRE, inclusive seus conselheiros, se retiraram do auditório do Centro Tecnológico (CT), depois de lerem um manifesto pontuado por palavras de ordem.

A coordenadora-geral Ana Maria Ribeiro, num pronunciamento diante de conselheiros e da platéia que lotava o auditório do CT (antes da votação das emendas), explicou que o SINTUFRJ apresentara uma série de propostas relacionadas aos interesses da categoria para serem incluídas no texto-base elaborado pela Reitoria. Ana Ribeiro lembrou que o Sindicato é filiado Fasubra e à CUT, e que no curso dos anos acumulou debate a partir do projeto da Universidade Cidadã para os Trabalhadores e por isso se sentia com consistência para propor alterações no documento original. A coordenadora, na sua breve intervenção, recuperou a história de luta do SINTUFRJ – inclusive a mais recente, quando a categoria viveu uma greve de 100 dias e se colocou contra o governo no acordo firmado com a Fasubra, reafirmando o caráter autônomo e independente da entidade.

Visibilidade

Como a anterior, que aprovou a resolução do PRE sob tumulto de estudantes, inclusive de outras instituições, esta sessão do Conselho Universitário foi transmitida ao vivo pela tevê Consuni e em quatro telões montados nos seguintes espaços: do lado de fora do auditório do CT; hall do prédio da Reitoria; Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (CCS bloco L) e Salão Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha.

As emendas do Sindicato

A maior parte das emendas encaminhadas pelo SINTUFRJ e apresentadas pela representação dos técnicos-administrativos no Consuni – a maioria relacionada diretamente à categoria na UFRJ – foi incorporada ao PRE pela Comissão de Desenvolvimento e aprovada na sessão. Com destaque, por exemplo, à vinculação dos programas de capacitação e desenvolvimento para a categoria, inclusive através de incentivos para o acesso ao ensino superior, ao PRE. Emenda do Sindicato também garantiu que seja submetida à aprovação do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) a criação de quaisquer novos cursos.

Uma das propostas do Sindicato não aprovada pelo Consuni foi a de criação do Conselho de Administração, voltado para a alocação, desenvolvimento e qualificação dos técnicos-administrativos em virtude das necessidades institucionais da Universidade, e não como ocorre hoje, na maioria das vezes para atender gestores de passagem, mesmo tendo a Comissão de Desenvolvimento recomendado – como ocorreu com emendas encaminhadas por diretores de unidades – que a reivindicação da entidade fosse remetida para debates futuros.

Congresso universitário

Aloísio Teixeira ressaltou que “continua vendo com muita simpatia a realização de um congresso, paritário, com a participação de toda comunidade universitária”, conforme sugeriu e defende o Sindicato. O reitor fez questão de reafirmar sua posição favorável ao congresso universitário, depois que a proposta de inclusão do tema na pauta da sessão ordinária do Consuni, feita pelo representante da bancada dos técnicos-administrativos, Agnaldo Fernandes, foi derrotada. “O Consuni não aprovou a inclusão hoje”, ressaltou Aloísio.

20/10/2007

Consuni aprova PRE em sessão tumultuada no auditório do CT

Confusão, em que houve até enfrentamento físico, não impediu aprovação da resolução da Reitoria

O Conselho Universitário aprovou a resolução que instituiu o Projeto de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRJ elaborado pela Reitoria. Mas o documento está aberto a emendas que podem ser apresentadas até esta terça-feira, dia 23. A diretoria do SINTUFRJ encaminhou um documento com várias emendas ao projeto. Todas as propostas serão apreciadas em nova sessão do Conselho na quinta-feira, dia 25.

O reitor Aloísio Teixeira quer definir até o fim do mês: as universidades federais têm até o próximo dia 29 para encaminhar ao MEC seus projetos. Esse é o prazo para que recursos sejam liberados para a aplicação dos planos ainda no primeiro semestre de 2008.

A sessão do Consuni de 18 de outubro, convocada especialmente para deliberar sobre o projeto, vai marcar a história da universidade pela radicalização de parcela dos estudantes, que transformaram em praça de guerra, por alguns instantes, o auditório do CT. O reitor e os conselheiros saíram do auditório protegido por seguranças.

Clima acirrado - A sessão, acompanhada pelo auditório cheio e até então limitada a uma espécie de confronto de torcidas, caminhava com várias interrupções do plenário. No expediente (falações preliminares) houve a manifestação da presidente da Adufrj, Cristina Miranda, e da representante de um grupo da Praia Vermelha, Mavi Rodrigues, professora da Escola de Serviço Social. Ambas fizeram severas críticas ao projeto, e solicitaram sua reprovação pelo colegiado.

O tumulto impediu por diversos minutos a exposição de quem quer que fosse, até que o reitor declarou o fim do expediente (o regimento determina que dure apenas meia hora, o que impossibilitou os representantes do SINTUFRJ e dos estudantes de se expressarem).

A decana do CCMN, Ângela Rocha, leu o parecer da Comissão de Desenvolvimento sobre a proposta de resolução para instituir o Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ. Segundo explicitou Ângela Rocha, diante da necessidade de expansão de vagas, redução da evasão, de permanência dos estudantes, favorecer o diálogo interdisciplinar, entre outros pontos, a Comissão manifestou parecer favorável à proposta.

Foi lido ainda o voto em separado da professora Lilia Guimarães, que considerou inadequada a forma de resolução para a implantação do programa porque implica o cumprimento não só das propostas aprovadas, mas daquelas em que há divergências. Mesmo assim, a conselheira considerou necessário enviar ao Reuni o conjunto das medidas anunciadas pelas unidades, depois de aprovadas pelo CEG.

Aprovação e confusão - A isso se seguiriam as manifestações dos conselheiros. O técnico-administrativo Agnaldo Fernandes chegou a propor que o tema se estendesse até a próxima sessão, devido à necessidade de debate. O reitor disse que o colegiado poderia chegar ou não à conclusão de que deveria haver mais uma sessão sobre o tema no dia 25. Mas que o conselheiro poderia entrar um recurso.

Agnaldo começou a explicar por que entraria com recurso, mas foi interrompido pelo início de uma confusão entre um estudante pró-Reuni que tentou se aproximar do palco. O conselheiro pediu aos estudantes do Conlute que não impedissem a aproximação dos demais ao palco, quando irrompeu uma série de brigas que ninguém mais conseguiu controlar.

Em meio ao confronto de estudantes e conselheiros, a pedidos de membros do colegiado, indignados com a inviabilidade da discussão, o reitor colocou em votação o parecer da Comissão de Desenvolvimento favorável à resolução com a proposta da Reitoria.

Por ampla maioria, incluindo os 4 votos dos representantes dos técnico-administrativos, o parecer foi aprovado. Ou seja, a resolução foi aprovada. Mas, conforme informou o reitor assim que houve a votação, a proposta está aberta a sugestões e destaques que, segundo Teixeira, deverão ser apresentados até terça-feira, dia 23, para serem apreciados na próxima

sessão do colegiado, dia 25.

Aberto a emendas - "O parecer da relatora abre espaço para que emendas sejam discutidas", disse o reitor, ainda nervoso, assim que saiu do auditório em que era impossível a sessão prosseguir. A diretora da Escola de Belas Artes, Ângela Âncora da Luz, a seu lado, garantia que a decisão fora tomada por maioria absoluta.

O reitor e a maioria dos conselheiros seguiram para o salão do segundo andar do CT. Ele explicou que colocou em votação o parecer que foi aprovado, ressalvadas as emendas, que serão postas em pauta no dia 25 ou em alguma reunião extraordinária convocada para isso. Para ele, o Conselho Universitário não pode ficar refém de um grupo que quer impedir a discussão.

Sessão aos olhos de nossa bancada

Um dos representantes da bancada de técnicos-administrativos no Conselho, Jéferson Salazar, entregou ao reitor o documento elaborado pela direção do Sindicato com emendas ao texto da Reitoria na sessão do Consuni. Outro conselheiro representante da categoria, Roberto Gomes, considerou a atitude dos estudantes totalmente indevida. Ele acha que a manifestação é importante, mas não a ponto de impedir a discussão.

Izaias Gonçalves e Milton Madeira, também representantes dos funcionários no Consuni, disseram que a discussão tem que se esgotar: "Quem parte para a agressão perde", disse Izaias. Milton Madeira concorda, e mostra a blusa encharcada de água: "Os estudantes jogaram água nos conselheiros", reclamou. "Não cheguei a votar. Se fosse permitido votar, votaria contra, se o reitor tivesse perguntado quem era contra, mas não teve pergunta de quem era contra ou se havia abstenções", reclamou Agnaldo Fernandes, outro representante da categoria no Consuni, e que tem posição crítica ao projeto da Reitoria.

Confusão no CT

Os manifestantes, estudantes da UFRJ, contaram com reforço de colegas de outras instituições, como Uni-Rio e UFF

Em vez de debate entre os contrários e favoráveis ao Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRJ, como era o esperado, a sessão extraordinária do Conselho Universitário de quinta-feira, 18, se transformou num campo de batalha entre os estudantes talvez jamais visto na Universidade.

Da guerra de palavras de ordem, desta vez o movimento estudantil na UFRJ tentou impor suas opiniões se engalfinhando fisicamente. Ao término da sessão, parte dos militantes saíram em passeata até o prédio da Reitoria, ocupando o salão nobre.

Antes das 9h30, o auditório do Centro Tecnológico (CT) – onde, excepcionalmente, por questão de mais espaço foi realizada essa sessão do Consuni – já estava praticamente ocupado. Do lado de fora foi montado um telão e dispostas cadeiras para quem quisesse assistir ao vivo a reunião sem participar dos debates. Telão também foi instalado na Praia Vermelha para transmissão direta via tevê Consuni.

Os manifestantes da UFRJ, maioria estudantes, contaram com reforço de colegas de outras instituições, como Uni-Rio, Fundação de Ensino Superior de Duque de Caxias e UFF. Da Universidade Federal Fluminense vieram em dois ônibus alunos, professores e técnicos-administrativos contrários ao decreto do governo que, basicamente, está voltado para a ampliação de vagas e criação de novos cursos nas universidades federais do país – o Reuni. O início do acirramento do confronto entre os estudantes, que resultou em tumulto generalizado, se deu logo após a apresentação pela professora Mavi Rodrigues, da Escola de Serviço Social, de uma proposta alternativa ao debate de expansão e reforma da UFRJ aprovada por um coletivo do campus da Praia Vermelha (alunos, professores e técnicos-administrativos). A troca de palavras de ordem e as vaias ganharam tons mais agressivos, e os empurrões começaram em seguida à leitura feita pela decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Angela Rocha, do parecer favorável ao PRE. Quem não

conseguiu chegar ao palco, onde foi montada a mesa que presidiu o Consuni e estavam os conselheiros, subiu nas poltronas do CT.

Enquanto parte dos manifestantes gritavam "O Reuni não vai passar na UFRJ e em nenhuma federal", às 10h50 o reitor pôs em votação o PRE: "Os conselheiros favoráveis ao parecer levantem o braço", e a maioria acompanhou Aloísio Teixeira, e a sessão foi encerrada. Mas não para os estudantes, que partiram para briga corporal. Até mulheres trocaram tapas e puxões de cabelo. "Os estudantes querem vaga, quem não quer é a playboizada" e "Agora o filho do pedreiro vai poder virar doutor" – comemorou quem era a favor da aprovação do PRE. A resposta veio em seguida: "Juventude mensalão" e "UNE cara-de-pau, capacho do governo federal".

Antes de sair do CT sob escolta, o reitor ainda pediu calma aos estudantes. Mas eles já não ouviam ninguém há muito tempo, desde do início da sessão. O caos instaurado no CT também impediu que o coordenador geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, apresentasse a proposta da entidade aprovada em reunião da diretoria (leia a íntegra da proposta do Sindicato nesta edição).

Opiniões

"O Reuni é a garantia da democratização do acesso e de mais verbas casada com uma reestruturação pedagógica e acadêmica da UFRJ, que possibilitará a implantação de mais cursos noturnos, criação de outros e a contratação de professores e técnicos-administrativos", disse a ex-dirigente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRJ, Amanda Mendonça, aluna de Ciências Sociais. "A manifestação provou que não há consenso na UFRJ sobre o Reuni", afirmou um dos quatro conselheiros representantes dos estudantes no Consuni, Jorge Badaui, da Faculdade de Letras. Na avaliação dele e dos seus companheiros do Conlute, "o reitor manobrou e com isso quebrou o regulamento do Consuni", e acrescentou: "a gente não reconhece a votação, ela foi ilegítima porque os inscritos não puderam falar e não se ouviu os votos dos conselheiros estudantis".

Para a coordenadora-geral do SINTUFRJ, Ana Maria, "a comunidade universitária vem debatendo o assunto desde maio, e o que assistimos foi a intransigência de uma minoria, que quer à força impor a sua vontade". Para Marcílio Araújo, outro coordenador-geral do SINTUFRJ, "faltou habilidade e sensibilidade à Reitoria, quando resolveu condicionar aumento de vagas na graduação com transferência de unidades para o Fundão." Para o coordenador Francisco "É lamentável que os estudantes desconheçam o Regimento do Consuni, pois não permitiram que o SINTUFRJ não pudesse apresentar a sua posição crítica ao PRE durante o tempo regimental. Portanto, impedir o debate invadindo o Consuni foi uma atitude antidemocrática, já que todos os segmentos estão representados, mesmo que a quantidade não seja paritária."

Proposta alternativa

A professora da Escola de Serviço Social, Mavi Rodrigues, sintetizou a "Proposta alternativa ao debate sobre expansão e reforma da UFRJ", que apresentou no Consuni em nome de um grupo da Praia Vermelha: "A alternativa de expansão e de democratização do acesso é a viabilização imediata de algumas vagas à noite dos mesmos cursos existentes hoje no horário diurno, o que vai exigir uma política de assistência substantiva. E um amplo debate sobre reestruturação da UFRJ e o fim gradativo do vestibular". Para esse coletivo, segundo Mavi, o Reuni propõe expansão com precarização, porque cria cursos com baixa qualidade e voltados para atender ao mercado e não aos interesses da massa da população, por isso são de curta duração e generalistas"

As propostas do SINTUFRJ

Investimento em capacitação e qualificação e realização de um congresso da UFRJ paritário são prioridades

Nesta quinta-feira, 25, a diretoria do Sindicato irá defender sua posição e fará propostas sobre o PRE/UFRJ na sessão do Consuni marcada para a discussão de emendas. A diretoria executiva realizou a discussão do projeto em sua reunião dia 15 de outubro e convocou assembléia geral da categoria, dia 17, para socializar a questão. Infelizmente, por falta de quórum, a assembléia transformou-se em uma reunião na qual a diretoria do SINTUFRJ apresentou sua posição com destaques ao texto, substituições e inclusões, principalmente em relação às necessidades dos técnico-administrativos em educação sobre capacitação e desenvolvimento, formação do servidor e alocação de 1% da folha de pagamento para capacitação e qualificação. O SINTUFRJ, através de sua Diretoria Executiva e do Jornal da entidade, vem acompanhando o debate desde a divulgação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com a publicação dos decretos, em especial o Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que trata do REUNI – que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. De agosto a setembro o debate vem sendo estimulado na UFRJ, mas ainda há muito o que ser discutido e muitas dúvidas existem sobre qual será o modelo que a UFRJ irá adotar. A realização de um Congresso da UFRJ, paritário, para aprofundar as questões suscitadas e assim se possa avançar nas transformações necessárias para a nossa universidade, é consenso no movimento dos TAEs.

GT analisou projeto

O GT-Educação realizou então várias reuniões convocadas pelo Jornal do SINTUFRJ, abertas à categoria, e apresentou à diretoria do SINTUFRJ seu relatório. Com base neste trabalho, a Diretoria Executiva do SINTUFRJ apresentou suas propostas e sugestões na audiência com o Reitor realizada na subsede do SINTUFRJ, no HUCFF, no dia 13 de setembro. O acúmulo da discussão foi levado para a reunião da diretoria dia 15, que definiu uma posição.

“Somos favoráveis à ampliação do acesso à Universidade, mas sem ampliação de problemas”

Discussão não está encerrada

Aloísio Teixeira: “A decisão do colegiado é soberana e só o Conselho pode revogar”

Desde maio a UFRJ foi envolvida numa série de debates sobre o seu futuro. Reitor e equipe se empenharam numa maratona de discussões pelas diversas unidades e entidades – inclusive com o SINTUFRJ. A sessão do Consuni de 18 de outubro foi o início do desdobramento final desse processo, que terá mais uma etapa com a sessão desta quinta-feira, dia 25, quando emendas ao texto da Reitoria serão apreciadas.

Segundo o reitor Aloísio Teixeira, em coletiva na sexta-feira, dia 19, a Reitoria vai aguardar reunião do Conselho para enviar sua proposta ao MEC. A proposta, agora já aprovada pelo conselho, não encerra discussão. Segundo Aloísio, o que o Conselho Universitário aprovou foi encaminhar o aumento do número de vagas ao MEC e um processo de discussão de oito meses sobre aquilo que será o rumo da UFRJ.

O reitor esperava dialogar com estudantes que ocupavam o salão da Reitoria e que reivindicam a revogação da decisão do Consuni. Ele tinha a esperança de que a próxima sessão do conselho pudesse ocorrer no tradicional salão do segundo andar – o que, no entanto, seria inviável se a confusão da última reunião se repetisse.

Ocupação

Aloísio Teixeira disse que não haveria iniciativa para demover os estudantes que teriam seus direitos respeitados com a condição única de que respeitassem o patrimônio da universidade. E comentou o ocorrido no dia anterior: “Houve a tentativa por parte desses grupos de constranger o conselho para impedir a deliberação. Qualquer tentativa de impedir o conselho de deliberar é violação da autonomia universitária”, afirmou, comentando que em resposta os conselheiros votaram nas condições em que se viu, com a deliberação da maioria expressiva favorável ao projeto.

Ele considera que a decisão do colegiado é soberana e definitiva e só o conselho pode modificar: "Só o conselho pode revogar. A Reitoria não tem essa atribuição estatutária. Se eles têm algum problema em relação à deliberação, devem encaminhar ao próprio conselho", disse, esperando que o façam num quadro de respeito à instituição universitária.

Não é Reuni

Os membros do Conselho Universitário, reunidos no dia 18, decidiram aprovar o parecer do relator da Comissão de Desenvolvimento favorável à proposta de reestruturação e expansão da Reitoria. A aprovação do parecer em bloco ressaltou emendas e destaques, substitutivos, supressões já apresentados ou que poderão ser enviados até a reunião do conselho do dia 25, quando serão analisados.

"O que estamos fazendo é apresentar nossa candidatura a esses recursos. Nossa proposta é trabalhar um projeto de estruturação e expansão da UFRJ. Estamos encaminhando ao MEC. O MEC dirá se cabe no decreto ou não. Se aprovar, ótimo, a universidade recebe recursos. Se não, é um problema do MEC", disse o reitor. Ele explica que serão 3.300 vagas a mais no vestibular ao longo de cinco anos. Hoje a oferta é de 6.700 vagas. Em cinco anos chegarão a 10 mil. Se aprovado dentro do Reuni, a UFRJ pode receber pessoal técnico-administrativo e docente, aumento de 20% nos recursos de custeio e investimentos da ordem de R\$110 milhões nestes cinco anos.

O reitor respondeu às críticas de que sua atitude foi antidemocrática, comentando que nunca na universidade houve processo mais democrático de discussão, com mais de 20 reuniões e audiências públicas, em todos os centros da universidade, reunião com associação de docentes e com sindicatos de trabalhadores e que todos tiveram oportunidade de se manifestar e que muitas sugestões foram incorporadas ao projeto.

Confira as propostas

Com relação à proposta de Resolução ao Conselho Universitário, apresentada à Comunidade Universitária em 3/10 pela Reitoria da UFRJ, a Diretoria Executiva do SINTUFRJ, tomando como base a análise feita pelo GT-Educação do Sintufrj e a contribuição da bancada dos técnico-administrativa no CEG, aprovou a apresentação dos seguintes destaques:

II.4 - "... reordenamento espacial das unidades acadêmicas e administrativas da UFRJ, compatíveis...." (destaque: inclusão de texto)

Comentário: As Decanias e os órgãos da administração também deverão ser reavaliados.

III.1 – Prazos a) Módulo I: execução imediata – na tabela apresentada as novas vagas não são apresentadas para ser de imediato e sim distribuída em 2008 e pós 2009, portanto esse módulo não é imediato. (destaque: alteração de texto)

III.2 c) Módulo III – "diversificação das modalidades de graduação" – as modalidades de graduação são definidas em Lei pelo CNE que são hoje bacharelado, licenciatura e tecnólogo (este por parecer do CNE). De acordo com a LDB as diretrizes curriculares dos cursos de graduação são aprovadas pelo CNE, portanto a universidade ao querer criar "novas modalidades de graduação" terá que analisar as DCNs existentes, assim como novos cursos propostos, não existentes (caso na nanotecnologia) que terão que ser analisados à luz dos já existentes até terem suas próprias diretrizes. (destaque: conteúdo)

VII. 6 – incluir a extensão da rede de dados em todos os pontos em que haja unidades com estudantes de graduação da UFRJ e não exclusivamente na Ilha do Fundão.

Emenda substitutiva:

6) Ampliação dos laboratórios de informática, destinados aos estudantes de graduação, e extensão da rede de dados a todos os pontos da UFRJ.(destaque: alteração de texto)

VIII – Concordamos em aproveitar as vagas ociosas para os TAEs, mas não exclusivamente. As vagas a serem ofertadas para Transferência Externa podem ter um percentual que atenda a categoria, em função do planejamento do dimensionamento das necessidades institucionais (Plano de Carreira dos TAEs), assim como para a formação dos docentes da educação básica (por lei necessita de educação superior para continuar a lecionar da Educação Básica).

Emenda substitutiva:

VIII. Aproveitar as vagas ociosas, destinando-as a processo seletivo específico centralizado, estipulando um percentual de vagas para os servidores técnico-administrativos em educação da UFRJ e docentes da rede pública de educação básica, matriculados em outras instituições de ensino superior.

IX . Neste item alertamos que as unidades e centros só podem proceder à revisão de seus regulamentos e procedimentos após os colegiados superiores aprovarem as devidas revisões.

Emenda substitutiva:

IX. Determinar aos colegiados superiores da Universidade que iniciem a revisão das normas estatutárias e regimentais, bem como dos regulamentos e procedimentos adotados pelos Conselhos Superiores e pela Administração Central, de modo a permitir a flexibilização curricular e a integração acadêmica.

» recomendar às unidades e centros, após deliberação dos colegiados superiores, que procedam da mesma forma, revendo regulamentos e procedimentos de sua alçada. (destaque: alteração de texto)

X. Este item está confuso na sua redação, pois pede a autorização à Administração Central para elaborar e implantar sistema de planejamento acadêmico-institucional de curto, médio e longo prazos, a ser regulamentado por deliberação específica dos colegiados superiores. Não é possível elaborar e direto implantar e, depois ser regulamentado. A Administração Central (AC) pode ser autorizada a elaborar um plano e trazê-lo para o debate nos colegiados. A implantação é a execução que é atribuição estatutária. A AC tem que executar as deliberações dos colegiados.

Emenda substitutiva:

X. Autorizar a Administração Central a elaborar proposta de sistema de planejamento acadêmico-institucional de curto, médio e longo prazos, a ser apresentado, discutido e regulamentado por deliberação específica dos colegiados superiores. (destaque: alteração de texto)

XIV. Este programa da forma como foi apresentado em 2005, vinculando a sua execução ao programa Sucesso Escolar do governo Garotinho, e criticado pelo Sindicato dos Professores da rede pública, não foi aceito no CEG. Portanto, é o caso ou de tirar o item ou dizer que será reformulado.

XV. Destacamos este ponto, pois diz que o GT é para “redefinir o papel da área de Educação na UFRJ”, isto não tem sentido, pois já existe uma Comissão de Licenciatura no CEG composta por todos os coordenadores de curso de Licenciatura por Centro da UFRJ e conselheiros do CEG que analisa tudo relacionado a Licenciatura; tem implementado o Programa PRODOCENCIA do MEC, análise das reformas curriculares e do novo reordenamento das Licenciaturas de acordo com as DCNs aprovadas no CNE.

Emenda substitutiva:

XV. Constituir Grupo de Trabalho, com ampla representação e participação das unidades acadêmicas e órgãos suplementares, e a Comissão de Licenciatura do CEG, para o acompanhamento e aprimoramento do papel da área de Educação na UFRJ, inclusive na atuação docente de nível superior.

XVI.4 – elogiamos a inclusão do ponto 4 sem definição de alocação das 1000 vagas, vinha sendo dito metade para NM e outra NS – níveis que não existem mais (agora nossa categoria é

organizada nas classes A, B, C, D e E). Esperamos que possa ser definido em função do dimensionamento institucional e de suas metas.

Diretrizes de Pessoal

XVI.6 – destaque na última linha “...ouvidos o CEG e CEPG.” Em conformidade com o Artigo 2º do Estatuto da UFRJ, em consonância com a LDB, os conselhos de ensino e pesquisa DECIDEM sobre a contratação e dispensa de docentes. A Administração Central NÃO pode passar por cima da legislação vigente. Cabe ao CEG e CEPG decidir e o CONSUNI homologar. Ao não concordar, devolve. Os conselhos acadêmicos não podem ser apenas ouvidos. Este é um ponto que foi muito caro na redação da LDB exatamente para que os critérios acadêmicos prevalecessem sobre os políticos pessoais, tanto nas públicas como nas privadas. Não abrimos mão dessa prerrogativa.

Emenda substitutiva:

6. Constituir, para a operacionalização do banco de professor-equivalente, um fundo comum constituído pelas vagas resultantes de aposentadorias, falecimentos, exonerações e demissões de docentes, a ser periodicamente distribuído, segundo prioridades definidas pelo Conselho Universitário, e critérios deliberados pelo CEG e o CEPG. (destaque: alteração de texto)

Inclusão

Diretrizes de Gestão:

Capacitação e desenvolvimento do pessoal técnico-administrativo;

Escola de Formação do Servidor;

Conselho de Administração (visando à alocação, desenvolvimento, qualificação de servidores em função das necessidades institucionais e não de caráter individual do gestor de passagem);

Garantir que seja investido o valor correspondente a 1% da folha de pagamento para capacitação e qualificação dos técnico-administrativos em educação.

XVII. Neste item propomos explicitar que será em função da discussão prevista no item II.4. Se ainda vamos discutir se vai tudo para o Fundão, e esta será uma discussão democrática, não podemos aceitar que haja redação de itens que levam à morte o campus da Praia Vermelha e à sobrevivência das unidades isoladas. Portanto, não pode ser aprovado que a alocação dos recursos será exclusivamente para a Ilha do Fundão. Colocamos-nos contrários.

Emenda substitutiva:

Definir as seguintes prioridades para a alocação dos recursos destinados a despesas de capital:
» consolidação, expansão e conclusão do processo de implantação do Campus da Ilha da Cidade Universitária, assim como no reordenamento espacial das unidades acadêmicas e administrativas fora do campus em função dos resultados da discussão prevista no item II.4. (destaque: inclusão de texto)

XVIII. “Definir as seguintes ações com o objetivo de promover o reordenamento espacial das unidades e órgãos da UFRJ:

»1 autorizar a imediata revisão do Plano Diretor de Ocupação do Campus da Cidade Universitária, com prazo de oito meses para sua elaboração, discussão e aprovação por esse Conselho.

»2 determinar a realização de estudos com vistas a definir usos e vocações dos vários espaços ocupados pela UFRJ – em especial o Palácio Universitário e o terreno da Praia Vermelha, o prédio do IFCS no Largo de São Francisco e o prédio da Faculdade de Direito na Praça da República.

»3 estabelecer como princípio organizador do processo de reordenamento espacial das unidades acadêmicas o princípio da adesão. (...)” texto do item.

Comentário:

A redação deste item foi muito criticada pela forma de tratamento dado ao Campus da Praia Vermelha – tratado de “terreno” (nunca usamos essa nomenclatura) e existem posições contrárias ao princípio de adesão, levando a uma idéia de quem não aderir ficará largado à míngua. Da forma como está a redação também teria que valer para as unidades no Fundão

que resolvessem aderir a ir para a Praia Vermelha.

Emenda substitutiva:

XVIII. Definir as seguintes ações com o objetivo de promover o reordenamento espacial das unidades e órgãos da UFRJ:

»1 autorizar a imediata revisão do Plano Diretor de Ocupação do Campus da Cidade Universitária, com prazo de oito meses para sua elaboração, discussão e aprovação por esse Conselho, ouvido os colegiados de unidades e centro. (destaque: alteração de texto)

»2 determinar a realização de estudos com vistas a definir usos e vocações dos vários espaços ocupados pela UFRJ – em especial o Palácio Universitário e o CAMPUS da Praia Vermelha, o prédio do IFCS no Largo de São Francisco e o prédio da Faculdade de Direito na Praça da República, em consonância com a discussão ampla e democrática do item II. (destaque: alteração de texto)

»3 Emenda exclusão - Excluir o item XVIII.3

XXI.1 Expansão indicada para 2008

Retirar do ponto 3, a Escola Politécnica (Macaé), e item 4(Xerém), pois não foram aprovados no Edital UFRJ 2008 e não há tempo viável para aprovação de novos cursos, mesmo que para um novo concurso em julho de 2008.

No caso do item 4, são cursos novos que envolvem várias unidades e centros e que precisam de regulamentação ainda não efetivada pelo próprio CONSUNI. Consideramos mais apropriado o deslocamento destas propostas para o item XXI.2, para os anos 2009, 2010 e 2011.

Por fim,

Somos favoráveis ao envio ao Ministério da Educação como previsto no inciso XX;

Somos favoráveis à am-pliação do acesso à Universidade, mas com as devidas preocupações para não permitir que haja ampliação dos problemas já existentes de infra-estrutura bem como ampliação do serviço sem a devida garantia de concurso público de docentes e técnico-administrativos no Regime Jurídico Único;

Orientamos os representantes da categoria dos técnico-administrativos em educação da UFRJ no Conselho Universitário a defenderem as sugestões e propostas aqui apresentadas.

Rio de Janeiro,
18 de outubro de 2007

DIRETORIA EXECUTIVA
DO SINTUFRJ
Gestão 2006/2008

15/10/2007

Muito além do Reuni - Reitoria elaborou propostas que apontam para a reestruturação da universidade

A posição do reitor da UFRJ é que a proposta que irá à avaliação do Consuni vai muito além do Reuni. Para participar do Reuni, bastava ter apresentado as propostas de ampliação de vagas e criação de novos cursos das unidades, pois o decreto do governo não impõe às instituições o atendimento de todas as diretrizes. Mas a Reitoria pretende, além da expansão, realizar uma reestruturação de fato da UFRJ, o que inclui um reordenamento espacial da Universidade.

Reuni: promessas de recursos

O governo promete destinar recursos às instituições federais de ensino superior (Ifes) que aderirem ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — denominado Reuni. O objetivo do Reuni, segundo o governo, é criar condições

para ampliação do acesso e de permanência na educação superior, no nível de graduação, e melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das Ifes.

O governo diz que a meta do programa é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação aluno/professor para 18/1. Isso ao fim de cinco anos, a contar do início de cada plano. As diretrizes são: redução de taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas; aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil (com circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas); reorganização dos cursos de graduação; diversificação das modalidades de graduação — preferencialmente as não voltadas à profissionalização precoce e especializada —; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós e da educação superior com a educação básica.

O MEC diz que destinará ao programa recursos que serão reservados a cada universidade federal na medida da apresentação dos planos de reestruturação, a fim de sustentar as despesas decorrentes das iniciativas propostas. Isso inclui construção e readequação de infraestrutura e equipamentos, compra de bens e serviços, despesas de custeio e de pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

O acréscimo de recursos será limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos. Esse acréscimo tem por base o orçamento do ano inicial da execução do plano, incluindo a expansão programada e excluindo os inativos (uma vez que o recurso deste pagamento é do Tesouro e não do MEC). O decreto diz que o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária operacional do Ministério da Educação. No caso da UFRJ significa cerca de R\$ 180 milhões a mais no orçamento em cinco anos.

PDI foi a base para a Reitoria

A reestruturação e expansão da UFRJ proposta pela Reitoria se baseia no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que foi amplamente discutido na comunidade universitária pelo menos desde 2006 e se divide em módulos. A parte que será levada à deliberação do Consuni, e que foi apresentada no CEG pelo pró-reitor de Desenvolvimento e Planejamento, Carlos Levi, dia 3, considera a necessidade de democratização e expansão das vagas, criação de novos mecanismos de acesso, redução da evasão e garantia de permanência de estudantes com políticas ativas de assistência estudantil. A UFRJ se compromete a expandir e melhorar os serviços de alimentação, transporte e moradia para estudantes na Cidade Universitária e consolidar seu programa de bolsas.

Técnicos-administrativos

Em relação à categoria, a Reitoria propõe o aproveitamento de vagas ociosas na graduação, destinando-as a servidores técnico-administrativos matriculados em outras instituições, mas mediante processo seletivo específico, assim como a revisão de normas nos colegiados para flexibilização curricular e integração acadêmica. Prevê apoio ao desenvolvimento do Colégio de Aplicação e a construção de um complexo para a educação infantil e o ensino fundamental, médio e técnico na Cidade Universitária.

A Reitoria propõe, ainda, retomar a discussão e deliberar em oito meses sobre o Programa Piloto de Acesso aos Cursos de Graduação da UFRJ elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação para a Rede Pública Estadual, que foi apresentado aos Centros, discutido no CEG em 26 de outubro de 2005 e encaminhado às unidades para consulta.

Para atender ao módulo de expansão e reestruturação, a Reitoria pretende propor ao Consuni que aprove diretrizes para contratação de pessoal docente e técnico-administrativo, com a destinação de mil vagas mediante concurso público.

Prioridades dos recursos

Dos recursos destinados à despesas de capital, serão considerados como prioridade a consolidação, expansão e conclusão do processo de implementação do campus do Fundão; expansão das atividades acadêmicas de graduação com instalações de uso compartilhado pelas unidades; melhora das condições de acesso, transporte, segurança, manutenção,

conservação e iluminação.

Reordenamento espacial

Para o reordenamento espacial de unidades e órgãos da UFRJ, serão constituídos grupos de trabalho e definidas ações, como autorizar a imediata revisão pelo Consuni do Plano Diretor em oito meses; realização de estudos para definir usos de espaços como o do Palácio Universitário, o campus da Praia Vermelha, IFCS e Faculdade de Direito e estabelecer como “princípio de adesão” o processo de reordenamento espacial das unidades acadêmicas. Para melhorar a infra-estrutura do campus, as ações previstas são: a continuidade de estudos para ampliação de vias de acesso, melhora de administração do tráfego, ampliação da oferta de transporte; melhora do serviço de segurança, iluminação e saneamento.

Expansão de vagas

Em 2008 — Nos cursos diurnos está prevista a expansão de 70 vagas; no noturno, 30; fora da sede, em Macaé, 220, e 150 em Xerém. A Reitoria pretende implantar em Macaé, em 2008, os cursos de Engenharia Civil, Mecânica e de Produção. Em Xerém, diversas unidades se aglutinarão para criação de cursos de Biotecnologia, Nanotecnologia e Metrologia.

Em 2009 — Nos cursos diurnos está prevista expansão de 682 vagas; 674 no noturno; 360 em cursos novos diurnos; 326 fora da sede e 350 cursos diurnos de natureza interdisciplinar; criação de bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra e de Relações Internacionais, à noite com oferta de 600 vagas.

Grana: R\$110 milhões

Na proposta que será encaminhada ao MEC serão indicadas prioridades de investimento de 2008 a 2011: R\$ 50 milhões no complexo acadêmico integrado; R\$ 20 milhões no Sistema de Bibliotecas; R\$ 10 milhões em assistência estudantil com novos alojamentos e dois refeitórios; R\$ 8 milhões no sistema de gerenciamento acadêmico; R\$ 18 milhões para racionalização do consumo de energia e R\$ 4 milhões em infra-estrutura de acesso, transporte, iluminação e segurança, num total de R\$ 110 milhões.

15/10/2007

Plenária “Che Guevara” afirma vitória da greve dos 100 dias

Na avaliação da plenária, o conjunto da categoria teve papel fundamental nesta conquista, que acreditou na condução do movimento e realizou todos os esforços no encaminhamento da luta

N a plenária nacional “Che Guevara” da Fasubra (a denominação foi homenagem aos 40 anos do assassinato do líder revolucionário), com a participação de 122 delegados e 21 observadores, a greve de 100 dias deste ano foi reconhecida como vitoriosa. A unidade e a manutenção da integralidade do caráter federativo, democrático e plural da Federação foram destacados como ganho político.

“Esta greve simboliza na história da Fasubra Sindical a constatação de que somente através da unidade da luta pode-se continuar avançando na conquista para o conjunto da categoria”, afirma o documento oficial da Direção Nacional resultante da plenária. A plenária reafirmou que, mesmo não garantindo na totalidade os parâmetros definidos nas instâncias da Fasubra, foram assegurados elementos que, dado o seu caráter estratégico, propiciaram a permanência da centralidade da concepção da Carreira, defendida pelo Movimento: Matriz Única e Paridade entre Ativos e Aposentados.

Mas este não foi o posicionamento da totalidade dos delegados presentes à plenária. Um manifesto Em Defesa do Resgate da Carreira foi distribuído aos presentes com mais de 300 assinaturas de militantes de mais de 14 universidades federais, apontando a necessidade da

categoria reabrir o debate de qual carreira de fato desejamos, quando destacam a quebra da linearidade e da própria concepção. O manifesto distribuído está em consonância com a avaliação aprovada pela assembléia do SINTUFRJ e de toda a discussão realizada na UFRJ durante a greve.

Movimento legitimado

De acordo com o informe da Direção Nacional de 8 de outubro, a aprovação da política encaminhada pelo CNG/Fasubra, deliberada em 34 entidades de base, legitimou o encaminhamento da greve, afirmando a importância, nesta conjuntura, de mais uma conquista dos Trabalhadores em Educação Técnico-Administrativos das IFES. A Federação, ao longo de sua história, com seu perfil de garantir o espaço democrático de negociação, obteve conquistas significativas, com destaque para a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE), em 2001, e a conquista da Carreira, em 2004.

“Do ponto de vista político, a maior conquista desta greve foi a capacidade de resistência e de luta da categoria em deflagrar a greve, cujo eixo não se limitava apenas à defesa da Evolução Salarial. Portanto, o grau desta vitória não se mede apenas pelos ganhos materiais. O principal elemento é o patrimônio político que marca esta luta: Unidade da Categoria. A constatação da inexistência de votação no CNG, que acatou a posição das Assembléias de Base referendando a política indicada pelo CNG, demonstra o amadurecimento político da categoria. De todas as greves da Fasubra, esta teve o maior número de entidades aderindo à luta e à orientação nacional, desde a deflagração da Greve à saída unificada”, constata o documento.

Governo derrotado

A Fasubra entende que toda greve tem seu limite político e temporal. A greve da Fasubra atingiu seu limite, tendo avanço significativo no cumprimento do Eixo da Greve. Este avanço deve ser considerado sob o prisma do grau de dificuldades enfrentadas desde o início da greve, onde o governo manifestou sua opinião, que não concordava com a lógica de nossa Carreira, questionando a paridade entre ativos e aposentados e mais, que o auxílio-saúde só seria a partir de 2008, e apenas para uma parcela da categoria. O governo foi derrotado nessa política!!!

O plano de lutas

No campo da Fasubra, ficou definido: Acompanhar o cumprimento do termo de compromisso; aprimoramento da carreira; respeito às prerrogativas da lei da Carreira cobrando o funcionamento da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC); cobrar do MEC definição orçamentária de recursos para Capacitação – 1% folha; atuar nas IFES, através da Comissão Interna de Supervisão (CIS) e das entidades de base, para garantir a implementação dos Programas de Avaliação; pressão pelo dimensionamento; seguir o trabalho do GT Racionalização e cobrar instalação do GT Terceirização; posicionamento sobre PDE/Reuni; realização de plenárias temáticas; lutar para defender o auxílio-alimentação para os aposentados e questionar o governo sobre a Emenda 41 que limita o vencimento ao teto do INSS; participar da marcha da CUT dia 5 de dezembro propondo a inclusão na plataforma do lema “Reestatização da Vale do Rio Doce”; financiamento da Saúde/HUs.

Os delegados chegaram à conclusão de que a luta continua diante da continuidade da implementação da Carreira, contra o PLP 01 e a Fundação Estatal de Direito Privado, como também é necessário avançar em outras pautas como definição das Diretrizes de Plano de Carreira; Benefícios; Reajuste Salarial e Isonomia salarial, assim como lutar pela Ascensão Funcional.

Plenária decide adiar o XX Congresso da Fasubra

Diante da greve e das inúmeras atividades programadas, a direção da Fasubra submeteu ao conjunto dos delegados a resolução do adiamento do XX Confasubra. A plenária decidiu encaminhar para consulta as entidades de base que devem dar sua resposta até o dia 12 de

outubro.

As conquistas salariais obtidas nesta greve, acima da inflação, na primeira etapa da Carreira, representam, sem dúvida alguma, um passo importante

4/10/2007

Reuni: CFCH debate anteprojeto da Reitoria para a universidade

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) promoveu debate sobre o anteprojeto da Reitoria da UFRJ para o programa de reestruturação e expansão da universidade – Reuni. A discussão foi aberta e envolveu professores, representantes de centros acadêmicos e técnicos-administrativos.

Para o decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, essas discussões são propositivas. “É uma primeira leitura, com o objetivo de fomentar a discussão. Não temos uma posição definitiva, mas queremos colaborar com o debate”, informou. Ele reconheceu que a UFRJ precisa promover mudanças para superar suas limitações e desempenhar seu papel social de forma plena, mas que é necessário tomar cuidado para que este processo não seja apressado. “É preciso que os projetos sejam aprovados amplamente na Universidade”, completou.

Posicionamentos contrários

Representantes da Faculdade de Educação posicionaram-se contrários à criação do Instituto Superior de Educação, uma das propostas do projeto da Reitoria, pois, segundo os argumentos, não há definição das atribuições administrativas e acadêmicas. “Não há uma só linha sobre isso”, afirmou o professor Renato de Oliveira, da Faculdade de Educação. “É preciso haver o reconhecimento do protagonismo da Faculdade de Educação nesta instituição”, continuou.

Ana Maria Ribeiro, diretora do SINTUFRJ, explicou que cursos de curta duração não podem ser confundidos com cursos de graduação. Ela apresentou a legislação em vigor, relacionada a carga horária dos cursos de graduação e o consenso construído entre entidades e sociedade, presente no PL7200/2006(reforma do ensino superior) em havendo ciclo básico, um curso de graduação teria que ter 4 anos de duração.

Ana Maria criticou a metodologia da participação no projeto. “Não há criação de mecanismos concretos para interferência no conteúdo”, disse. Ela considera que o documento apresentado pela Reitoria é uma síntese do trabalho da Comissão do PDE e do PDI anteriormente apresentado pela Administração, e que ele mistura assuntos que não estão postos para o Reuni.

Financiamento

O professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação, falou em “falsa promessa de financiamento”. Ele explicou que a dívida da UFRJ está em torno de R\$ 52 milhões e que o Reuni, no primeiro ano de aplicação dos recursos, chegará a “pífios R\$ 9 milhões”. “Mesmo que a Universidade recebesse R\$ 40 milhões, esse valor não seria capaz de cobrir o seu déficit. Esse dinheiro que está sendo anunciado não é compatível com as promessas que estão sendo feitas”, afirmou.

Leher também protestou contra o que chamou de “omissão dos pressupostos básicos do documento”. Para ele, o anteprojeto da Reitoria não deixa claro de que forma as diretrizes nele contidas serão executadas.

O professor destacou a questão da idéia de se criar cursos como se vivêssemos fora do capitalismo e sem nenhum tipo de regulação. Na sociedade atual, a existência de um sistema de regulação e fiscalização e a atuação de muitos conselhos e das entidades sindicais se fazem necessários.

28/8/2007

A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA *

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UFRJ / 2008-2012
Um projeto para o Rio de Janeiro e para o Brasil

ANTEPROJETO APRESENTADO PELA REITORIA DA UFRJ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

“A minha casa pobre é rica em quimera”.
Carlos Drummond de Andrade

APRESENTAÇÃO

O anteprojeto que ora apresentamos tem por finalidade proporcionar ampla e fecunda discussão na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de modo a permitir a elaboração de um Projeto de Reestruturação e Expansão que seja, de fato e de direito, um projeto maduro, legítimo e, principalmente, adequado às nossas necessidades e responsabilidades, atuais e futuras.

Em sua elaboração, foram consideradas as inúmeras propostas emanadas das unidades e incorporadas as diretrizes e estratégias recomendadas pela comissão constituída pelo Conselho Universitário para Análise do Plano de Desenvolvimento da Educação¹ e que fazem parte de seu relatório final, aprovado pelo Conselho Universitário em sessão extraordinária, realizada em 19 de julho de 2007. O documento também se apóia na Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento para a UFRJ, elaborada pela Reitoria e amplamente discutida em todas as unidades da UFRJ, ao longo do ano de 2006, com vistas à elaboração do, já agora tardio, Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ.

Por sua natureza, portanto, e levando em conta esses antecedentes, o escopo do anteprojeto vai muito além tanto das orientações contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) quanto do Decreto que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); trata-se, de fato, de elaborar um programa capaz de unir a Universidade Federal do Rio de Janeiro e levá-la às transformações que a realidade objetiva e nossa consciência acadêmica exigem, renovando e fortalecendo os vínculos que nos ligam à sociedade brasileira. Caberá ao Governo federal — em especial ao Ministério da Educação — mas não só a eles — também ao governo estadual, aos governos municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e à sociedade como um todo — estabelecer as condições de apoio a nossa proposta.

O encaminhamento da discussão do anteprojeto deve pautar-se pelos prazos e metodologia definidos pelo Conselho Universitário, na sessão extraordinária já mencionada, que prevêem sua apresentação e discussão em reuniões a serem organizadas no âmbito dos Centros e Unidades, Conselhos Superiores (CEG e CEPG) e entidades de representação dos três segmentos (DCE, APG, ADUFRJ e SINTUFRJ), durante o período de 1º a 30 de agosto de 2007; na seqüência, no período de 1º a 15 de setembro, serão realizadas três audiências públicas (uma no Campus da Cidade Universitária, outra na Praia Vermelha e a última em uma das unidades do Centro da Cidade). Em seguida, nova redação será dada ao anteprojeto, de modo a incorporar as críticas e sugestões apresentadas, e o novo documento será levado ao Conselho Universitário, para ser apreciado na sessão ordinária de 27 de setembro.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a missão e os destinos da Universidade não ocorre exclusivamente em nosso país. Na verdade, a Universidade, enquanto instituição, é tema de debate em todas as partes do mundo. Duas ordens de problemas — ambas sem precedentes na história da humanidade — alimentam o debate atual.

A primeira tem a ver com a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico e com a forma como a instituição universitária deve-se estruturar para dar conta desse desafio.

Ultrapassamos a época da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade para atingirmos a época da transdisciplinaridade, que significa uma nova relação entre os conhecimentos. A transdisciplinaridade não elimina nem a disciplina nem os enfoques multi e interdisciplinares, mas os transforma, subordina e reorganiza.

A segunda ordem de problemas tem a ver com a expansão sem precedentes que a educação

superior alcança em todo o mundo, principalmente mas não só, nos países do centro capitalista. Em vários países da América, da Europa e da Ásia, o percentual de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que cursam instituições de educação superior, já ultrapassou a casa dos 60 por cento. Tornando-se um direito universal, a que todos podem ter acesso, a Universidade já não pode pensar-se como um mecanismo de produção ou reprodução de elites. Da convergência desses dois processos torna-se imperioso, para a instituição universitária, rediscutir-se e reconceituar-se. Temas que vão da natureza do ensino ministrado às demandas por qualificação profissional, da estrutura departamental à flexibilização curricular estão na ordem do dia em todos os países do mundo.

Não poderia ser diferente no Brasil. Aqui, contudo, o impacto desses processos se dá em uma estrutura de educação superior e em um sistema universitário que se caracteriza por ser tardio, carente de autonomia, precarizado pela insuficiência de recursos, desarticulado do sistema produtivo, voltado quase que exclusivamente para a formação profissional, fragmentado e elitista, à medida em que apenas 10% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos têm acesso à educação superior. Na verdade, todas essas características não passam de faces de uma mesma moeda.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro não foge à regra; ao contrário, talvez seja seu mais representativo e exitoso exemplo. A história da primeira universidade brasileira teve início em 07 de setembro de 1920, quando as Escolas de Medicina, Politécnica e de Direito foram reunidas, por decreto, sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reformulações e ampliações posteriores a renomearam como Universidade do Brasil, e, depois, como Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas não conseguiram superar o caráter fragmentário presente na sua formação e cuja permanência ainda hoje pode ser percebida.

Sua trajetória, no entanto, ainda que padecesse da ausência de uma perspectiva de integração mais forte, permitiu que ela se desenvolvesse, de modo bastante significativo, em várias áreas de atuação e conseguisse consolidar forte prestígio através da qualidade do seu trabalho nos campos das Ciências, da Tecnologia, das Artes e da Cultura. Sua comprovada capacidade de atrair talentos e agregar conhecimentos, permite-lhe hoje desfrutar de incontestável reconhecimento quanto à qualidade do seu desempenho na formação de recursos humanos graduados e pós-graduados, ao importante papel no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de fronteira e a uma substantiva produção cultural e artística de elevado padrão.

O momento por que passa o país atualmente encerra graves dificuldades e contradições. Mesmo no âmbito da educação superior, em que avanços podem ser registrados – com a recuperação parcial dos orçamentos, a criação de condições para o diálogo amplo e aberto e a retomada do protagonismo do sistema público – ainda persistem vários dos obstáculos e entraves que dificultaram o desenvolvimento das universidades federais. Mesmo assim, o acúmulo de iniciativas por parte do Governo Federal cria uma oportunidade sem precedentes para que a UFRJ possa avaliar-se, profunda e radicalmente, e propor, sem capitulação, mas também sem sectarismo, as transformações que lhe são exigidas. A Universidade Federal do Rio de Janeiro pretende superar o quadro de limitações que lhe foi imposto e responder ao desafio colocado pela sociedade contemporânea com um projeto de transformação, capaz de prepará-la para um futuro marcado pela transdisciplinaridade e pela universalização da educação superior.

O anteprojeto do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ aqui formulado reconhece as possibilidades e potencialidades existentes no atual estágio da UFRJ bem como as oportunidades que se abrem, propondo por isso as linhas de desenvolvimento necessárias para sua qualificação e organizando-a para as demandas que o país já lhe está colocando. Tal programa tem que ser necessariamente ousado e criativo, desenvolvendo-se, principalmente, ao longo dos seguintes eixos irradiadores:

Expansão e reestruturação, com garantia de qualificação crescente das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, ampliando vagas, permitindo a difusão de uma cultura humanística e crítica, criando novas alternativas e trajetórias de formação profissional e buscando novos paradigmas acadêmicos de educação superior.

Redefinição dos mecanismos de acesso à Universidade, alternativos e complementares às provas vestibulares, que permitam o aproveitamento em nossos cursos de jovens hoje excluídos por razões de renda e o avanço em direção à universalização do ensino superior.

Redefinição da estrutura de organização e de administração acadêmica, para tornar a UFRJ ainda mais comprometida com o estágio atual e futuro da evolução do conhecimento e da

dinâmica de gestão desse conhecimento;

Reordenamento espacial das unidades acadêmicas, compatível com o conjunto de objetivos identificados acima e adequado à indução das transformações planejadas.

Nesse sentido, retomaremos o projeto original de implantação da UFRJ no seu campus da Ilha da Cidade Universitária, a partir de uma visão que não é patrimonial, mas, ao contrário, essencialmente acadêmica. Mesmo em um mundo em que o conhecimento circula em redes virtuais e nos coloca instantaneamente em contato com tudo o que se passa em qualquer ponto do planeta, a convivência é indispensável para aproximar pessoas, eliminar barreiras e derrubar muros, criando a matéria-prima indispensável a uma verdadeira cultura universitária. O término das obras da Cidade Universitária permitirá constituir-se ali o locus adequado para a transformação da UFRJ em uma universidade aberta, democrática, de qualidade e acessível a todas as camadas da população.

O término das obras da Cidade Universitária terá, ademais, um significado, um impacto e uma importância que irão muito além de seus aspectos exclusivamente acadêmicos. A realização de um conjunto articulado e simultâneo de investimentos na Ilha da Cidade Universitária, no montante aqui previsto, terá efeitos positivos sobre o emprego e a renda na região; o aumento do fluxo de estudantes, servidores técnico-administrativos e professores — além dos que decorrem da expansão do CENPES — ampliará o papel da Ilha na integração entre várias áreas da cidade; a proximidade com a Baixada Fluminense — área das mais densamente povoadas do país e que não possui nenhuma universidade pública — nos permitirá suprir essa carência, ampliando os vetores de integração e contribuindo para diluir as fronteiras da “cidade partida”.

** Com esse título, pretendemos homenagear o Professor Darcy Ribeiro, antropólogo e educador, criador da Universidade Nacional de Brasília e batalhador incansável pela reforma da universidade brasileira. Ver Darcy Ribeiro: A Universidade Necessária; Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro: 1975.*

1 A Comissão foi criada pela Portaria nº 1.345, de 2 de maio de 2007, e retificada pela Portaria nº 1.440, de 17 de maio de 2007. Dela fizeram parte Ângela Rocha dos Santos (presidente), Anita de Sá Benevides Braga Delma, Fernando Augusto de Noronha Castro Pinto, Luiz Felipe de Souza Coelho, Ana Maria de Almeida Ribeiro, Jonatas Peixoto, Paulo Andréas Backup, Márcia Couri, Walcy Santos, Lucia Helena Alvarez, Osman Feltosa da Silva, Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha, Erickson Rocha e Almendra, Luanda Chaves Botelho, Milton Sergio Santos Madeira, Belkis Valdman, Adalberto Ramon Vleyra e Carlos Bernardo Valner.

DIAGNÓSTICO

A elevada qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFRJ não oculta as dificuldades e problemas que a instituição enfrenta para cumprir sua missão institucional e tornar-se uma verdadeira “construtora de futuros”. Alguns desses problemas decorrem das políticas equivocadas das últimas décadas; outros, de sua estrutura peculiar e de seu próprio processo de constituição.

Entre os primeiros, podemos destacar:

as restrições à plena aplicação do princípio da autonomia universitária, estabelecido pela Constituição Federal em seu artigo 207;

a insuficiência dos recursos orçamentários destinados ao custeio e à manutenção de instalações e equipamentos;

a inadequação dos mecanismos públicos de financiamento e apoio institucional à pesquisa, no âmbito dos governos federal e estadual, que compromete a continuidade de vários programas;

a desvalorização do Estado, a desqualificação do serviço público e a perda de importância social dos servidores, promovidas nos anos noventa e não completamente revertidas nos últimos anos.

Dentre os problemas relacionados com sua própria formação e cultura, destacam-se:

sua organização federativa, com unidades quase autárquicas, desprovidas de estruturas integrativas que as capacitem a atuar coordenadamente;

a compartimentalização das carreiras profissionais em escolas auto-suficientes que desenvolvem a “cultura da propriedade do estudante”;

a fragmentação e a tendência ao crescimento das áreas de ensino e pesquisa através da proliferação de institutos e órgãos suplementares, o que gera desperdício de recursos humanos e materiais;

o caráter instrumental e profissionalizante do ensino, destinado a outorgar diplomas para o exercício de profissões, sem que as ciências básicas possam cumprir seu papel essencial na formação dos jovens estudantes;

a estruturação inadequada dos currículos, que obriga o estudante a escolher uma carreira antes mesmo de ingressar na Universidade;

a limitada variedade de carreiras oferecidas à juventude, sem levar em conta as demandas da sociedade, que exige maior diferenciação de profissionais de nível superior;

o caráter “elitista” dos mecanismos de ingresso, em virtude das restrições às oportunidades de ingresso e da escassez de cursos noturnos;

as limitações à efetiva gratuidade do ensino, pela inexistência de instrumentos que garantam a estudantes capazes, porém desprovidos de recursos, condições para dedicar-se exclusivamente aos estudos;

o isolamento entre as unidades da universidade e entre esta e as demais instituições e instâncias da sociedade, pela falta de mecanismos integradores e de instrumentos de comunicação de massa, internos e externos;

o caráter burocrático de sua organização administrativa, com excessiva regulamentação, tanto interna como externa (governamental), inibidora da criatividade e da liberdade de iniciativa. A combinação desses problemas é responsável pela formação, no interior da UFRJ, de uma cultura universitária marcada pelo patrimonialismo e pelo culto à fragmentação, em que tudo — espaços, instalações, equipamentos, recursos humanos e até mesmo os estudantes — passam a ser apropriados particularizadamente pelas unidades de ensino e por departamentos.

PRINCÍPIOS

O desafio que se coloca para a Universidade Federal do Rio de Janeiro consiste em enfrentar e superar os problemas apontados no Diagnóstico. Em relação à primeira ordem de problemas, cabe, no entanto, observar que estão fora de nossa capacidade de decisão direta e imediata. No entanto, eles constituem o programa em torno do qual se une o sistema federal de educação superior e que vem sendo reiteradamente apresentado e defendido pelo conjunto das universidades. Em relação a ela, cabe intensificar nossa ação, ampliando na prática os espaços da autonomia universitária e reforçando a luta por mais recursos e pela redefinição dos mecanismos de fomento à pesquisa.

É para a segunda ordem de problemas que o Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ se volta. Ao fazê-lo, no entanto, cabe reafirmar nossa fidelidade aos princípios constitutivos da vida universitária. Só dessa forma poderemos garantir a preservação dos níveis de excelência que caracterizam as atividades de ensino, pesquisa e extensão de nossa Universidade, elevar continuamente a qualidade de seu projeto acadêmico e explicitar seus compromissos com a sociedade, pensando criticamente a realidade do país e envolvendo-se no debate e na formulação de políticas públicas. Tais princípios são:

1. Fidelidade aos princípios básicos da instituição universitária, em sua experiência milenar, a saber:
Respeito aos padrões internacionais de produção, acumulação e disseminação do saber;
Compromisso ativo com a busca de soluções para os problemas do desenvolvimento social;
Liberdade de cátedra e de manifestação do pensamento por todos os membros da comunidade universitária.
Subordinação das estruturas de administração geral aos objetivos de desenvolvimento acadêmico.
2. Prática cotidiana e ampliação da autonomia universitária, entendida como direito a princípios próprios de administração, democraticamente exercida por seu corpo social, sem imposições externas de qualquer natureza (públicas ou privadas, nacionais ou internacionais), no que tange

à sua organização interna, à constituição e funcionamento de seus órgãos colegiados, à sua política de ensino, pesquisa e extensão, ao modo de escolha de seus dirigentes e à definição de procedimentos para a gestão administrativa, financeira e patrimonial, respeitados os princípios da impessoalidade, legalidade e publicidade.

3. Afirmação do caráter público da Universidade, o que significa:

Garantia da gratuidade do ensino e de custeio a partir de recursos públicos, oriundos do orçamento fiscal da União;

Afirmação da natureza pública de todas as atividades da Universidade;

Transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que respeita às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.

4. Consolidação e ampliação da democracia institucional interna da Universidade, através da representação e participação de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária nos órgãos colegiados de deliberação e assessoramento.

5. Envolvimento com os níveis de ensino pré-universitários, não apenas em decorrência de sua responsabilidade na formação de professores, mas em conseqüência de sua responsabilidade social face ao sistema de ensino como um todo (para isso a Área de Educação deve assumir atribuições renovadas, desenvolvendo projetos de experimentação educacional, de elaboração de material didático, de implantação de novos métodos pedagógicos e de formação de docentes para o terceiro grau, através do desenvolvimento de uma verdadeira pedagogia do ensino superior).

ANTEPROJETO

PARA DISCUSSÃO NA COMUNIDADE DA UFRJ

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO — METAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

O eixo organizador do presente programa visa permitir à UFRJ acompanhar as rápidas e intensas transformações e evoluções dos agentes geradores e difusores do saber técnico-científico-artístico-cultural. No caso específico da UFRJ, a proposta de reestruturação permitirá explorar de forma mais racional e otimizada a atual disponibilidade das suas competências e capacitações que se multiplicavam, diversificavam e fortaleciam a partir de iniciativas com baixo nível de integração e alto índice de motivação pessoal ou de grupos. Trata-se, portanto, de desenvolver um esforço amplo, coordenado e orientado para a integração das potencialidades, conhecimentos, racionalização de atividades e maximização dos resultados, cujas possibilidades já se demonstram bastante evidentes em diversas áreas de atuação e objetos de investigação. O Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ inclui metas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

a) Metas relacionadas ao ensino de graduação:

aumento do número de matrículas, de modo a alcançar, no prazo de maturação do presente Programa, um patamar correspondente ao dobro do número atual de matrículas;
ampliação do número de vagas noturnas e criação de novos cursos nesse horário, para otimizar a utilização de infra-estrutura e melhor atender aos jovens que precisam trabalhar no horário diurno;

consolidação do Campus de Macaé e desenvolvimento de novos experimentos de interiorização, baseados na bem sucedida experiência de trabalho articulado com as prefeituras locais e o governo estadual e de desenvolvimento das atividades de ensino a partir da pesquisa e da extensão;

utilização das novas tecnologias de educação à distância, em cursos semipresenciais, através de

sólida cooperação com as demais instituições públicas de ensino superior do Estado (federais e estaduais);

redução das vagas ociosas, através de projeto que investigue de modo rigoroso as causas da evasão e de políticas ativas de assistência estudantil, incluindo acompanhamento tutorial, concessão de bolsas de permanência, inclusão digital, bibliotecas, moradia e alimentação; criação de novos mecanismos de acesso à Universidade;

flexibilização curricular, com redução de carga horária em sala de aula, de modo a permitir maior participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, bem como optar por eletivas que ampliem sua formação cultural e humanística;

atualização dos currículos e práticas pedagógicas dos cursos já existentes e organização de novos cursos em sintonia com a evolução atual e futura do mercado de trabalho e já evidente reorganização da estrutura e dos agentes dinamizadores dos novos conhecimentos e saberes. aumento da mobilidade estudantil entre cursos e áreas da UFRJ, bem como em relação a outras instituições federais de ensino superior.

b) Metas relacionadas ao ensino de pós-graduação e à pesquisa:

comprometimento das agências públicas de fomento à pesquisa e à pós-graduação com a ampliação do número de bolsas, de modo a atingir um número de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado, no prazo de maturação do presente Programa, correspondente ao dobro do número atual;

implementação de políticas ativas de integração ao ensino de graduação, através de programas de tutoria;

reforço da política de qualificação dos laboratórios de pesquisa já existentes e apoio à implantação de novos laboratórios, reconhecendo a sua importância como espaço primário onde se consolidam o saber técnico-científico e se originam novas descobertas;

indução de investigações em áreas de vocação regional, na fronteira do conhecimento e estratégicas, através dos pólos de Química, Informática, Ciências Ambientais, Biotecnologia, Nanotecnologia e Gestão de Informação.

c) Metas relacionadas à extensão e à prestação de serviços:

democratização da extensão universitária através da participação do público-alvo, das entidades e movimentos sociais e das instituições parceiras governamentais e não governamentais;

consolidação do caráter acadêmico das atividades de extensão, dada sua natureza indissociável das atividades de ensino e de pesquisa, através da promoção de atividades de natureza multi, inter e transdisciplinares;

elaboração e implantação de projetos integrados às políticas públicas, garantindo a continuidade e o impacto das ações de extensão da Universidade;

aumento na oferta de cursos de qualificação e formação continuada, destinados prioritariamente aos professores da rede pública de ensino pré-universitário;

desenvolvimento de atividades de apoio e inserção social das comunidades vizinhas ao Campus da Ilha da Cidade Universitária, moradores do Complexo da Maré, com a consolidação das atividades já existentes (educação, saúde, assistência social, esporte e cultura) e criação de novos campos de atividade (habitação, saneamento, apoio jurídico, direitos humanos e cidadania);

divulgação ampla e sistemática de todas as formas de conhecimento geradas pela Universidade;

ampliação dos serviços de atenção à saúde prestados pela rede de hospitais da UFRJ, consolidando sua integração à rede pública do Sistema Único de Saúde.

REORDENAMENTO ESPACIAL

A evolução histórica da UFRJ acabou por consolidar uma ocupação física de espaços localizados, predominantemente, em duas áreas geográficas — Praia Vermelha e Ilha da Cidade Universitária — complementada por uma ocupação heterogênea de vários prédios, em geral históricos e/ou tombados, espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. Essa dispersão geográfica acabou por reforçar a tendência à fragmentação das atividades acadêmicas.

O objetivo do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, no que tange ao reordenamento espacial, tem por objetivo corrigir essa distorção, revendo a atual lógica de ocupação dos espaços acadêmicos e retomando o projeto de término das obras de construção do campus da Ilha da Cidade Universitária.

Para isso, torna-se necessária uma profunda revisão do Plano Diretor, a fim de adaptá-lo às novas diretrizes de expansão e reestruturação. O conceito da nova lógica de ocupação do espaço combinará integrações parciais com o de convergência, através do estabelecimento de eixos que se irradiam em busca de um centro comum.

9. Criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Diretrizes para o 2º módulo:

1. Implantação de ciclos básicos comuns, em grandes áreas de conhecimento (CCS, CT/CCMN e CCJE/CFCH), de modo a criar mais 1.500 vagas em cinco anos, permitir maior mobilidade estudantil e evitar a profissionalização precoce.

2. Revisão da estrutura departamental, de modo a separar atividades administrativas das atividades acadêmicas, tornar mais flexível a estrutura acadêmica das unidades e permitir a integração horizontal entre as áreas de conhecimento.

3. Introdução de novas modalidades de acesso à Universidade, com acréscimo anual de vagas destinadas a estudantes provenientes da rede pública de ensino básico, avaliados de modo permanente em suas próprias escolas.

4. Flexibilização curricular, com redução de carga horária em sala de aula, de modo a permitir maior participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, bem como liberdade de escolha de disciplinas eletivas de modo a enriquecer sua formação.

5. Implantação de programas de formação acelerada para alunos de rendimento escolar elevado e de recuperação para alunos de rendimento escolar deficiente.

6. Adoção de novas tecnologias para o ensino, com implantação de disciplinas semipresenciais nos cursos existentes na UFRJ, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

7. Introdução de disciplinas que estimulem o trabalho individual e em grupo, e que permitam o desenvolvimento da capacidade de expressão e do espírito crítico entre os jovens.

8. Introdução de disciplinas que permitam ampliar a formação humanística dos estudantes e desenvolvam-lhes a cultura artística e científica.

Diretrizes para o 3º módulo:

1. Introdução de modalidades de ensino de graduação com terminalidade breve.

2. Criação de pelo menos 2.000 novas vagas em cinco anos, associadas a essa nova modalidade.

3. Definição de estruturas curriculares adequadas aos cursos de terminalidade breve, baseadas em:

Ampliação e aprofundamento da base de conhecimentos e da capacidade de aprender e estudar por si só;

Integração da pesquisa e da extensão aos currículos, com concessão de crédito às atividades dos bolsistas de iniciação científica e artístico-cultural, que passariam assim a integrar seus

curricula;

Flexibilização curricular e integração acadêmica de modo a garantir ao estudante a escolha de percursos alternativos de formação.

4. Ampliação dos mecanismos de ingresso na Universidade, com avaliação diferenciada e sem vestibular.

5. Implantação do sistema de atividades interdisciplinares em comunidade, com crédito obrigatório.

6. Implementação de sistema próprio de avaliação, de modo a garantir qualidade crescente a essa nova modalidade.

DIRETRIZES PARA O PLANO DE AMPLIAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

1. Salvo casos excepcionais, a contratação de docentes, tanto para expansão quanto para reposição, far-se-á exclusivamente no regime de dedicação exclusiva (DE).

2. Limitar em 500 o número de vagas docentes destinadas ao Programa de Reestruturação e Expansão, para os cinco próximos anos.

3. Definição de indicadores quantitativos para alocação de docentes relacionados à expansão do número de matrículas em cada um dos módulos, no âmbito do Programa, de forma a reduzir a relação entre o número de professores e o número de estudantes.

4. Inclusão, nos indicadores mencionados no item anterior, de fatores que diferenciem cursos diurnos, cursos noturnos e cursos semipresenciais, bem como de fatores que permitam valorar proporcionalmente a carga horária assumida pelas diferentes unidades em cursos.

5. A alocação de vagas docentes para efeito da abertura do respectivo concurso será efetivada no período letivo imediatamente anterior à disponibilização das correspondentes novas vagas discentes.

6. Os critérios para a alocação de novos servidores técnico-administrativos serão definidos após a implantação do banco de servidor técnico-administrativo equivalente.

7. Os critérios para operacionalizar o banco de professor equivalente devem prever que o estoque de vagas resultante de aposentadorias, falecimentos, exonerações e demissões de docentes seja periodicamente distribuído, segundo prioridades a serem definidas pelo Conselho Universitário.

DIRETRIZES PARA O PLANO DE DIMENSIONAMENTO DOS GASTOS DE CUSTEIO

Diretrizes:

1. Centralização das despesas suplementares de custeio, exceto pessoal, associadas às proposições de novos cursos, de modo a garantir máxima eficiência no uso dos recursos.

2. Reforço do Orçamento de Custeio (exceto pessoal) de modo a atingir o valor de R\$ 160 milhões; esse valor deve servir de base ao processo de reestruturação e expansão.

3. Redução das despesas com os grandes serviços de utilidade pública:

Projetos Energia

- Habilitação da UFRJ como "consumidor livre" de energia.
- Implantação de sistema de co-geração de energia a partir de lixo.

Telefonia

- Licitação dos serviços de telefonia móvel e fixa.
- Estabelecimento de restrições ao uso de telefones móvel e fixo.
- Adoção progressiva do sistema VOIP.

Serviços de Água e Esgoto

- Renegociar a dívida histórica com a CEDAE.
- Negociar condições especiais de tarifa.

4. Racionalização das despesas de manutenção, conservação e vigilância ostensiva no Campus da Cidade Universitária.

DIRETRIZES PARA O PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos tem por finalidade viabilizar a construção de instalações físicas e a implantação de infra-estrutura de apoio, necessárias à transferência para o Campus da Cidade Universitária, em um horizonte de cinco anos, das atividades acadêmicas hoje desenvolvidas na Praia Vermelha e em prédios isolados no centro da cidade³.

Diretrizes:

1. Concentração dos investimentos em infra-estrutura, destinados à expansão das atividades acadêmicas, exclusivamente no Campus da Cidade Universitária.
2. Planejamento de uso compartilhado dos recursos físicos disponíveis (salas de aula, laboratórios, equipamentos, instalações administrativas, unidades de serviço e bibliotecas), de modo a permitir sua racionalização e otimização.
3. Prioridade, nas ações de implantação da infra-estrutura decorrente das demandas associadas à expansão, para a construção de instalações de uso comum a várias unidades e/ou Centros, em especial pavilhões de salas de aula, e para os que se destinam à assistência estudantil (restaurantes universitários e alojamentos).
4. Elaboração de estudos técnicos com vistas a ampliar as vias de acesso à Ilha da Cidade Universitária, melhorar a administração do tráfego na Ilha do Cidade Universitária e diversificar a oferta de transporte público, inclusive em diferentes modalidades, como forma de subsidiar a ação pública indispensável para se evitar uma previsível crise em decorrência do aumento significativo da população usuária da Ilha.

27/8/2007

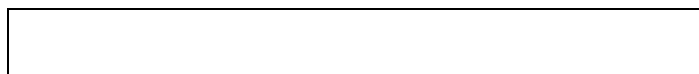
REUNI

A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA*

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UFRJ

2008-2012

Um projeto para o Rio de Janeiro e para o Brasil



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

“A minha casa pobre é rica em quimera”.

Carlos Drummond de Andrade

APRESENTAÇÃO

O anteprojeto que ora apresentamos tem por finalidade proporcionar ampla e fecunda discussão na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de modo a permitir a elaboração de um Projeto de Reestruturação e Expansão que seja, de fato e de direito, um projeto maduro, legítimo e, principalmente, adequado às nossas necessidades e responsabilidades, atuais e futuras.

Em sua elaboração, foram consideradas as inúmeras propostas emanadas das unidades e incorporadas as diretrizes e estratégias recomendadas pela comissão constituída pelo *Conselho Universitário para Análise do Plano de Desenvolvimento da Educação* e que fazem parte de seu relatório final, aprovado pelo Conselho Universitário em sessão extraordinária, realizada em 19 de julho de 2007. O documento também se apóia na *Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento para a UFRJ*, elaborada pela Reitoria e amplamente discutida em todas as unidades da UFRJ, ao longo do ano de 2006, com vistas à elaboração do, já agora tardio, *Plano de Desenvolvimento Institucional* da UFRJ.

Por sua natureza, portanto, e levando em conta esses antecedentes, o escopo do anteprojeto vai muito além tanto das orientações contidas no *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE) quanto do Decreto que instituiu o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI); trata-se, de fato, de elaborar um programa capaz de unir a Universidade Federal do Rio de Janeiro e levá-la às transformações que a realidade objetiva e nossa consciência acadêmica exigem, renovando e fortalecendo os vínculos que nos ligam à sociedade brasileira. Caberá ao Governo federal — em especial ao Ministério da Educação — mas não só a eles — também ao governo estadual, aos governos municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e à sociedade como um todo — estabelecer as condições de apoio a nossa proposta.

O encaminhamento da discussão do anteprojeto deve pautar-se pelos prazos e metodologia definidos pelo Conselho Universitário, na sessão extraordinária já mencionada, que prevêem sua apresentação e discussão em reuniões a serem organizadas no âmbito dos Centros e Unidades, Conselhos Superiores (CEG e CEPG) e entidades de representação dos três segmentos (DCE, APG, ADUFRJ e SINTUFRJ), durante o período de 1º a 30 de agosto de 2007; na seqüência, no período de 1º a 15 de setembro, serão realizadas três audiências públicas (uma no *Campus* da Cidade Universitária, outra na Praia Vermelha e a última em uma das unidades do Centro da Cidade). Em seguida, nova redação será dada ao anteprojeto, de modo a incorporar as críticas e sugestões apresentadas, e o novo documento será levado ao Conselho Universitário, para ser apreciado na sessão ordinária de 27 de setembro.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a missão e os destinos da Universidade não ocorre exclusivamente em nosso país. Na verdade, a Universidade, enquanto instituição, é tema de debate em todas as partes do mundo. Duas ordens de problemas — ambas sem precedentes na história da humanidade — alimentam o debate atual.

A primeira tem a ver com a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico e com a forma como a instituição universitária deve-se estruturar para dar conta desse desafio. Ultrapassamos a época da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade para atingirmos a época da transdisciplinaridade, que significa uma nova relação entre os conhecimentos. A transdisciplinaridade não elimina nem a disciplina nem os enfoques multi e interdisciplinares, mas os transforma, subordina e reorganiza.

A segunda ordem de problemas tem a ver com a expansão sem precedentes que a educação superior alcança em todo o mundo, principalmente mas não só, nos países do centro capitalista. Em vários países da América, da Europa e da Ásia, o percentual de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que cursam instituições de educação superior, já ultrapassou a casa dos 60 por cento. Tornando-se um direito universal, a que todos podem ter acesso, a Universidade já não pode pensar-se como um mecanismo de produção ou reprodução de elites.

Da convergência desses dois processos torna-se imperioso, para a instituição universitária, rediscutir-se e reconceituar-se. Temas que vão da natureza do ensino ministrado às demandas por qualificação profissional, da estrutura departamental à flexibilização curricular estão na ordem do dia em todos os países do mundo.

Não poderia ser diferente no Brasil. Aqui, contudo, o impacto desses processos se dá em uma estrutura de educação superior e em um sistema universitário que se caracteriza por ser tardio, carente de autonomia, precarizado pela insuficiência de recursos, desarticulado do sistema produtivo, voltado quase que exclusivamente para a formação profissional, fragmentado e elitista, à medida em que apenas 10% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos têm acesso à educação superior. Na verdade, todas essas características não passam de faces de uma mesma moeda.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro não foge à regra; ao contrário, talvez seja seu mais representativo e exitoso exemplo. A história da primeira universidade brasileira teve início em 07 de setembro de 1920, quando as Escolas de Medicina, Politécnica e de Direito foram reunidas, por decreto, sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reformulações e ampliações posteriores a renomearam como Universidade do Brasil, e, depois, como Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas não conseguiram superar o caráter fragmentário presente na sua formação e cuja permanência ainda hoje pode ser percebida.

Sua trajetória, no entanto, ainda que padecesse da ausência de uma perspectiva de integração mais forte, permitiu que ela se desenvolvesse, de modo bastante significativo, em várias áreas de atuação e conseguisse consolidar forte prestígio através da qualidade do seu trabalho nos campos das Ciências, da Tecnologia, das Artes e da Cultura. Sua comprovada capacidade de atrair talentos e agregar conhecimentos, permite-lhe hoje desfrutar de incontestável reconhecimento quanto à qualidade do seu desempenho na formação de recursos humanos graduados e pós-graduados, ao importante papel no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de fronteira e a uma substantiva produção cultural e artística de elevado padrão.

O momento por que passa o país atualmente encerra graves dificuldades e contradições. Mesmo no âmbito da educação superior, em que avanços podem ser registrados — com a recuperação parcial dos orçamentos, a criação de condições para o diálogo amplo e aberto e a retomada do protagonismo do sistema público — ainda persistem vários dos obstáculos e entraves que dificultaram o desenvolvimento das universidades federais. Mesmo assim, o acúmulo de iniciativas por parte do Governo Federal cria uma oportunidade sem precedentes para que a UFRJ possa avaliar-se, profunda e radicalmente, e propor, sem capitulação, mas

também sem sectarismo, as transformações que lhe são exigidas. A Universidade Federal do Rio de Janeiro pretende superar o quadro de limitações que lhe foi imposto e responder ao desafio colocado pela sociedade contemporânea com um projeto de transformação, capaz de prepará-la para um futuro marcado pela transdisciplinaridade e pela universalização da educação superior.

O anteprojeto do *Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ* aqui formulado reconhece as possibilidades e potencialidades existentes no atual estágio da UFRJ bem como as oportunidades que se abrem, propondo por isso as linhas de desenvolvimento necessárias para sua qualificação e organizando-a para as demandas que o país já lhe está colocando. Tal programa tem que ser necessariamente ousado e criativo, desenvolvendo-se, principalmente, ao longo dos seguintes eixos irradiadores:

- 1 Expansão e reestruturação, com garantia de qualificação crescente das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, ampliando vagas, permitindo a difusão de uma cultura humanística e crítica, criando novas alternativas e trajetórias de formação profissional e buscando novos paradigmas acadêmicos de educação superior.
- 2 Redefinição dos mecanismos de acesso à Universidade, alternativos e complementares às provas vestibulares, que permitam o aproveitamento em nossos cursos de jovens hoje excluídos por razões de renda e o avanço em direção à universalização do ensino superior.
- 3 Redefinição da estrutura de organização e de administração acadêmica, para tornar a UFRJ ainda mais comprometida com o estágio atual e futuro da evolução do conhecimento e da dinâmica de gestão desse conhecimento;
- 4 Reordenamento espacial das unidades acadêmicas, compatível com o conjunto de objetivos identificados acima e adequado à indução das transformações planejadas.

Nesse sentido, retomaremos o projeto original de implantação da UFRJ no seu *campus* da Ilha da Cidade Universitária, a partir de uma visão que não é patrimonial, mas, ao contrário, essencialmente acadêmica. Mesmo em um mundo em que o conhecimento circula em redes virtuais e nos coloca instantaneamente em contato com tudo o que se passa em qualquer ponto do planeta, a convivência é indispensável para aproximar pessoas, eliminar barreiras e derrubar muros, criando a matéria-prima indispensável a uma verdadeira cultura universitária. O término das obras da Cidade Universitária permitirá constituir-se ali o *locus* adequado para a transformação da UFRJ em uma universidade aberta, democrática, de qualidade e acessível a todas as camadas da população.

O término das obras da Cidade Universitária terá, ademais, um significado, um impacto e uma importância que irão muito além de seus aspectos exclusivamente acadêmicos. A realização de um conjunto articulado e simultâneo de investimentos na Ilha da Cidade Universitária, no montante aqui previsto, terá efeitos positivos sobre o emprego e a renda na região; o aumento do fluxo de estudantes, servidores técnico-administrativos e professores — além dos que decorrem da expansão do CENPES — ampliará o papel da Ilha na integração entre várias áreas da cidade; a proximidade com a Baixada Fluminense — área das mais densamente povoadas do país e que não possui nenhuma universidade pública — nos permitirá suprir essa carência, ampliando os vetores de integração e contribuindo para diluir as fronteiras da “cidade partida”.

DIAGNÓSTICO

A elevada qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFRJ não oculta as dificuldades e problemas que a instituição enfrenta para cumprir sua missão institucional e tornar-se uma verdadeira “construtora de futuros”. Alguns desses problemas decorrem das políticas equivocadas das últimas décadas; outros, de sua estrutura peculiar e de seu próprio processo de constituição.

Entre os primeiros, podemos destacar:

- 1 as restrições à plena aplicação do princípio da autonomia universitária, estabelecido pela Constituição Federal em seu artigo 207;
- 2 a insuficiência dos recursos orçamentários destinados ao custeio e à manutenção de instalações e equipamentos;
- 3 a inadequação dos mecanismos públicos de financiamento e apoio institucional à pesquisa, no âmbito dos governos federal e estadual, que compromete a continuidade de vários programas;
- 4 a desvalorização do Estado, a desqualificação do serviço público e a perda de importância social dos servidores, promovidas nos anos noventa e não completamente revertidas nos últimos anos.

Dentre os problemas relacionados com sua própria formação e cultura, destacam-se:

- 1 sua organização federativa, com unidades quase autárquicas, desprovidas de estruturas integrativas que as capacitem a atuar coordenadamente;
- 2 a compartimentalização das carreiras profissionais em escolas auto-suficientes que desenvolvem a “cultura da propriedade do estudante”;
- 3 a fragmentação e a tendência ao crescimento das áreas de ensino e pesquisa através da proliferação de institutos e órgãos suplementares, o que gera desperdício de recursos humanos e materiais;
- 4 o caráter instrumental e profissionalizante do ensino, destinado a outorgar diplomas para o exercício de profissões, sem que as ciências básicas possam cumprir seu papel essencial na formação dos jovens estudantes;

- 5 a estruturação inadequada dos *currícula*, que obriga o estudante a escolher uma carreira antes mesmo de ingressar na Universidade;
- 6 a limitada variedade de carreiras oferecidas à juventude, sem levar em conta as demandas da sociedade, que exige maior diferenciação de profissionais de nível superior;
- 7 o caráter “elitista” dos mecanismos de ingresso, em virtude das restrições às oportunidades de ingresso e da escassez de cursos noturnos;
- 8 as limitações à efetiva gratuidade do ensino, pela inexistência de instrumentos que garantam a estudantes capazes, porém desprovidos de recursos, condições para dedicar-se exclusivamente aos estudos;
- 9 o isolamento entre as unidades da universidade e entre esta e as demais instituições e instâncias da sociedade, pela falta de mecanismos integradores e de instrumentos de comunicação de massa, internos e externos;
- 10 o caráter burocrático de sua organização administrativa, com excessiva regulamentação, tanto interna como externa (governamental), inibidora da criatividade e da liberdade de iniciativa.

A combinação desses problemas é responsável pela formação, no interior da UFRJ, de uma cultura universitária marcada pelo patrimonialismo e pelo culto à fragmentação, em que tudo — espaços, instalações, equipamentos, recursos humanos e até mesmo os estudantes — passam a ser apropriados particularizadamente pelas unidades de ensino e por departamentos.

PRINCÍPIOS

O desafio que se coloca para a Universidade Federal do Rio de Janeiro consiste em enfrentar e superar os problemas apontados no Diagnóstico. Em relação à primeira ordem de problemas, cabe, no entanto, observar que estão fora de nossa capacidade de decisão direta e imediata. No entanto, eles constituem o programa em torno do qual se une o sistema federal de educação superior e que vem sendo reiteradamente apresentado e defendido pelo conjunto das universidades. Em relação a ela, cabe intensificar nossa ação, ampliando na prática os espaços da autonomia universitária e reforçando a luta por mais recursos e pela redefinição dos mecanismos de fomento à pesquisa.

É para a segunda ordem de problemas que o *Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ* se volta. Ao fazê-lo, no entanto, cabe reafirmar nossa fidelidade aos princípios constitutivos da vida universitária. Só dessa forma poderemos garantir a preservação dos níveis de excelência que caracterizam as atividades de ensino, pesquisa e extensão de nossa Universidade, elevar continuamente a qualidade de seu projeto acadêmico e explicitar seus compromissos com a

sociedade, pensando criticamente a realidade do país e envolvendo-se no debate e na formulação de políticas públicas. Tais princípios são:

1. Fidelidade aos princípios básicos da instituição universitária, em sua experiência milenar, a saber:
 - § Respeito aos padrões internacionais de produção, acumulação e disseminação do saber;
 - § Compromisso ativo com a busca de soluções para os problemas do desenvolvimento social;
 - § Liberdade de cátedra e de manifestação do pensamento por todos os membros da comunidade universitária.
 - § Subordinação das estruturas de administração geral aos objetivos de desenvolvimento acadêmico.

2. Prática cotidiana e ampliação da autonomia universitária, entendida como direito a princípios próprios de administração, democraticamente exercida por seu corpo social, sem imposições externas de qualquer natureza (públicas ou privadas, nacionais ou internacionais), no que tange à sua organização interna, à constituição e funcionamento de seus órgãos colegiados, à sua política de ensino, pesquisa e extensão, ao modo de escolha de seus dirigentes e à definição de procedimentos para a gestão administrativa, financeira e patrimonial, respeitados os princípios da impessoalidade, legalidade e publicidade.

3. Afirmação do caráter público da Universidade, o que significa:
 - 1 Garantia da gratuidade do ensino e de custeio a partir de recursos públicos, oriundos do orçamento fiscal da União;
 - 2 Afirmação da natureza pública de todas as atividades da Universidade;
 - 3 Transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que respeita às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.

4. Consolidação e ampliação da democracia institucional interna da Universidade, através da representação e participação de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária nos órgãos colegiados de deliberação e assessoramento.

5. Envolvimento com os níveis de ensino pré-universitários, não apenas em decorrência de sua responsabilidade na formação de professores, mas em consequência de sua responsabilidade social face ao sistema de ensino como um todo (para isso a Área de Educação deve assumir atribuições renovadas, desenvolvendo projetos de experimentação educacional, de elaboração de material didático, de implantação de novos métodos pedagógicos e de *formação de docentes para o terceiro grau, através do desenvolvimento de uma verdadeira pedagogia do ensino superior*).

DIRETRIZES GERAIS

As diretrizes gerais em que se apóia o *Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ* são as seguintes:

1. Adequar as estruturas administrativa, didático-pedagógica, de pesquisa e de gestão acadêmica da Universidade, de modo a induzir a transdisciplinaridade e a formação integral do estudante;
2. Superar a “cultura da fragmentação”, marca constitutiva da UFRJ, através da integração completa não só entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas de conhecimento e formação profissional, como ampliando a mobilidade estudantil e buscando novas formas de convergência entre as próprias áreas de conhecimento e de formação profissional, de modo a permitir uma formação universitária integral, universal, crítica e humanista; ampliando a mobilidade estudantil,
3. Proporcionar novas modalidades de formação científica e profissional, difíceis de ser conseguidas com o sistema fragmentado e unilinear atualmente existente, de modo a satisfazer as demandas sociais por novos tipos de habilitação, mediante a combinação de linhas de preparação básica com linhas de desenvolvimento profissional;
4. Eliminar duplicações e redundâncias de instalações e equipamentos que encarecem o custo do ensino e reduzem a eficácia do gasto, pela pulverização de recursos;
5. Elevar o grau de comprometimento social da Universidade, de articulação com as organizações representativas da sociedade civil, de integração com os diversos níveis de governo e com o sistema produtivo do país e, principalmente, com o sistema de ensino em todos os níveis.
6. Consolidar o entendimento de que a extensão, muito mais do que atendimento e apoio às comunidades, é um caminho de mão dupla, no qual a troca de saberes e o reconhecimento do protagonismo dos que não dominam o saber acadêmico são normas constitutivas.

ANTEPROJETO
PARA DISCUSSÃO NA COMUNIDADE DA
UFRJ

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO —
METAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

O eixo organizador do presente programa visa permitir à UFRJ acompanhar as rápidas e

intensas transformações e evoluções dos agentes geradores e difusores do saber técnico-científico-artístico-cultural. No caso específico da UFRJ, a proposta de reestruturação permitirá explorar de forma mais racional e otimizada a atual disponibilidade das suas competências e capacitações que se multiplicavam, diversificavam e fortaleciam a partir de iniciativas com baixo nível de integração e alto índice de motivação pessoal ou de grupos. Trata-se, portanto, de desenvolver um esforço amplo, coordenado e orientado para a integração das potencialidades, conhecimentos, racionalização de atividades e maximização dos resultados, cujas possibilidades já se demonstram bastante evidentes em diversas áreas de atuação e objetos de investigação. O *Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ* inclui metas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

a) Metas relacionadas ao ensino de graduação:

- aumento do número de matrículas, de modo a alcançar, no prazo de maturação do presente *Programa*, um patamar correspondente ao dobro do número atual de matrículas;
- ampliação do número de vagas noturnas e criação de novos cursos nesse horário, para otimizar a utilização de infra-estrutura e melhor atender aos jovens que precisam trabalhar no horário diurno;
- consolidação do *Campus* de Macaé e desenvolvimento de novos experimentos de interiorização, baseados na bem sucedida experiência de trabalho articulado com as prefeituras locais e o governo estadual e de desenvolvimento das atividades de ensino a partir da pesquisa e da extensão;
- utilização das novas tecnologias de educação à distância, em cursos semipresenciais, através de sólida cooperação com as demais instituições públicas de ensino superior do Estado (federalis e estaduais);
- redução das vagas ociosas, através de projeto que investigue de modo rigoroso as causas da evasão e de políticas ativas de assistência estudantil, incluindo acompanhamento tutorial, concessão de bolsas de permanência, inclusão digital, bibliotecas, moradia e alimentação;
- criação de novos mecanismos de acesso à Universidade;
- flexibilização curricular, com redução de carga horária em sala de aula, de modo a permitir maior participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, bem como optar por eletivas que ampliem sua formação cultural e humanística;

- atualização dos currículos e práticas pedagógicas dos cursos já existentes e organização de novos cursos em sintonia com a evolução atual e futura do mercado de trabalho e já evidente reorganização da estrutura e dos agentes dinamizadores dos novos conhecimentos e saberes.
- aumento da mobilidade estudantil entre cursos e áreas da UFRJ, bem como em relação a outras instituições federais de ensino superior.

b) Metas relacionadas ao ensino de pós-graduação e à pesquisa:

- 1 comprometimento das agências públicas de fomento à pesquisa e à pós-graduação com a ampliação do número de bolsas, de modo a atingir um número de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado, no prazo de maturação do presente *Programa*, correspondente ao dobro do número atual;
- 2 implementação de políticas ativas de integração ao ensino de graduação, através de programas de tutoria;
- 3 reforço da política de qualificação dos laboratórios de pesquisa já existentes e apoio à implantação de novos laboratórios, reconhecendo a sua importância como espaço primário onde se consolidam o saber técnico-científico e se originam novas descobertas;
- 4 indução de investigações em áreas de vocação regional, na fronteira do conhecimento e estratégicas, através dos pólos de Química, Informática, Ciências Ambientais, Biotecnologia, Nanotecnologia e Gestão de Informação.

c) Metas relacionadas à extensão e à prestação de serviços:

- 1 democratização da extensão universitária através da participação do público-alvo, das entidades e movimentos sociais e das instituições parceiras governamentais e não governamentais;
- 2 consolidação do caráter acadêmico das atividades de extensão, dada sua natureza indissociável das atividades de ensino e de pesquisa, através da promoção de atividades de natureza multi, inter e transdisciplinares;
- 3 elaboração e implantação de projetos integrados às políticas públicas, garantindo a continuidade e o impacto das ações de extensão da Universidade;

- 4 aumento na oferta de cursos de qualificação e formação continuada, destinados prioritariamente aos professores da rede pública de ensino pré-universitário;
- 5 desenvolvimento de atividades de apoio e inserção social das comunidades vizinhas ao *Campus* da Ilha da Cidade Universitária, moradores do Complexo da Maré, com a consolidação das atividades já existentes (educação, saúde, assistência social, esporte e cultura) e criação de novos campos de atividade (habitação, saneamento, apoio jurídico, direitos humanos e cidadania);
- 6 divulgação ampla e sistemática de todas as formas de conhecimento geradas pela Universidade;
- 7 ampliação dos serviços de atenção à saúde prestados pela rede de hospitais da UFRJ, consolidando sua integração à rede pública do Sistema Único de Saúde.

REORDENAMENTO ESPACIAL

A evolução histórica da UFRJ acabou por consolidar uma ocupação física de espaços localizados, predominantemente, em duas áreas geográficas — Praia Vermelha e Ilha da Cidade Universitária — complementada por uma ocupação heterogênea de vários prédios, em geral históricos e/ou tombados, espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. Essa dispersão geográfica acabou por reforçar a tendência à fragmentação das atividades acadêmicas.

O objetivo do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, no que tange ao reordenamento espacial, tem por objetivo corrigir essa distorção, revendo a atual lógica de ocupação dos espaços acadêmicos e retomando o projeto de término das obras de construção do *campus* da Ilha da Cidade Universitária.

Para isso, torna-se necessária uma profunda revisão do Plano Diretor, a fim de adaptá-lo às novas diretrizes de expansão e reestruturação. O conceito da nova lógica de ocupação do espaço combinará integrações parciais com o de convergência, através do estabelecimento de eixos que se irradiam em busca de um centro comum.

ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO

1. As transformações aqui propostas, por sua complexidade e pelo volume de investimentos que exigem, não poderão ser implantadas de um só golpe. Por outro lado, a ampliação do número de vagas e sua plena ocupação com garantia de qualidade constituem-se como exigências ineludíveis da sociedade brasileira. Por isso propomos sua implementação em módulos superpostos de modo a darmos conta simultaneamente da expansão e da reestruturação. Três módulos estão previstos:

MÓDULO	OBJETIVO	PRAZO
1ª	Implementação das propostas provenientes das unidades	Até três anos, contados a partir do início do <i>Programa</i>
2ª	Implantação de ciclos básicos comuns por grandes áreas, a saber, CT-CCMN, CFCH-CCJE e CCS	Até quatro anos, contados a partir do início do <i>Programa</i>
3ª	Implantação de ciclos de graduação de terminalidade breve, de modo a atender a novos perfis profissionais, compatíveis com os processos de transdisciplinarização do conhecimento e de universalização da educação superior	Até cinco anos, contados a partir do início do <i>Programa</i>

2. Constituição de uma Comissão Permanente de Acompanhamento das mudanças propostas, representativa de todos os segmentos da Universidade.
3. Realização de fóruns periódicos de discussão para avaliação do processo de implantação do Programa.

Diretrizes para o 1º módulo:

1. Aumento do número de vagas oferecidas em vestibular, para cursos presenciais, de modo a passar das atuais 6.800 para cerca de 10.200, em cinco anos, nos termos das propostas encaminhadas por Centros e Unidades, mediante:
 - Ampliação dos cursos existentes, diurnos e noturnos.
 - Criação de novos cursos e habilitações nos horários diurno e noturno.
 - Consolidação do *Campus* de Macaé, com novos cursos e habilitações.
 - Definição e implantação do *Campus* de Xerém.

2. Aumento do número de vagas oferecidas em cursos semipresenciais, através da ampliação da participação da UFRJ no consórcio CEDERJ.
3. Redução das taxas de evasão e da ociosidade de vagas:
 - 1 Implantação da orientação acadêmica e tutorial para os estudantes de graduação, com participação dos estudantes de pós-graduação;
 - 2 Desenvolvimento de uma efetiva política de ampliação da cidadania universitária dos estudantes da UFRJ, através de:
 - o Construção de uma rede de restaurantes na Cidade Universitária;
 - o Construção de novos alojamentos para estudantes de graduação e de pós-graduação;
 - o Melhoria das condições de transporte interno na Cidade Universitária;
 - o Consolidação e ampliação do programa de bolsas para estudantes de graduação, em várias modalidades;
 - o Ampliação dos espaços de convivência e políticas ativas de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer;
 - o Investimento na melhoria da infra-estrutura e na atualização dos acervos das bibliotecas da Universidade;
 - o Ampliação dos laboratórios de informática, destinados aos estudantes de graduação, e extensão da rede a todos os pontos da Ilha da Cidade Universitária;
 - 3 Implantação de políticas ativas para o aproveitamento de vagas ociosas;
 - 4 Abertura de vagas ociosas para servidores técnico-administrativos da UFRJ matriculados em outras instituições de ensino superior, através de rigoroso processo seletivo.
4. Revisão das normas estatutárias e regimentais, bem como dos regulamentos e procedimentos adotados pelos Conselhos Superiores e pela Administração Central, de modo a permitir a flexibilização curricular e a integração acadêmica.
5. Implantação de medidas para inclusão de estudantes com necessidades especiais, particularmente no que respeita à acessibilidade.
6. Articulação entre o ensino de graduação e a educação básica, mediante:
 - 5 Implantação de programa de bolsas para estudantes de licenciatura;
 - 6 Ações efetivas de melhoria e valorização das licenciaturas;
 - 7 Apoio ao desenvolvimento do Colégio de Aplicação e elaboração de projeto para implantação de complexo de educação infantil e ensino fundamental, médio e técnico no *Campus* da Cidade Universitária;
 - 8 Oferta de vagas de graduação para professores da rede pública de educação básica, com dispensa de vestibular;

- 9 Integração com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, com vistas ao desenvolvimento de projetos de melhoria dos sistemas de educação no Rio de Janeiro.
7. Integração com os programas de pós-graduação e pesquisa da UFRJ:
 - 1 Implantação de programas tutoriais com alunos de pós-graduação em disciplinas de apoio à graduação;
 - 2 Acesso de alunos de graduação, com rendimento escolar elevado, a disciplinas de pós-graduação, com validação posterior dos créditos;
 - 3 Ampliação do programa de bolsas de pós-graduação alocadas pelas agências governamentais de fomento à pesquisa, bem como as apoiadas por recursos de outras fontes.
8. Implantar o sistema de avaliação permanente das atividades acadêmicas da UFRJ, em especial para os cursos de graduação.
9. Criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Diretrizes para o 2º módulo:

1. Implantação de ciclos básicos comuns, em grandes áreas de conhecimento (CCS, CT/CCMN e CCJE/CFCH), de modo a criar mais 1.500 vagas em cinco anos, permitir maior mobilidade estudantil e evitar a profissionalização precoce.
2. Revisão da estrutura departamental, de modo a separar atividades administrativas das atividades acadêmicas, tornar mais flexível a estrutura acadêmica das unidades e permitir a integração horizontal entre as áreas de conhecimento.
3. Introdução de novas modalidades de acesso à Universidade, com acréscimo anual de vagas destinadas a estudantes provenientes da rede pública de ensino básico, avaliados de modo permanente em suas próprias escolas.
4. Flexibilização curricular, com redução de carga horária em sala de aula, de modo a permitir maior participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão, bem como liberdade de escolha de disciplinas eletivas de modo a enriquecer sua formação.
5. Implantação de programas de formação acelerada para alunos de rendimento escolar elevado e de recuperação para alunos de rendimento escolar deficiente.
6. Adoção de novas tecnologias para o ensino, com implantação de disciplinas semipresenciais nos cursos existentes na UFRJ, como previsto nas *Diretrizes Curriculares Nacionais*.
7. Introdução de disciplinas que estimulem o trabalho individual e em grupo, e que permitam o desenvolvimento da capacidade de expressão e do espírito crítico entre os jovens.
8. Introdução de disciplinas que permitam ampliar a formação humanística dos estudantes e desenvolvam-lhes a cultura artística e científica.

Diretrizes para o 3º módulo:

1. Introdução de modalidades de ensino de graduação com terminalidade breve.
2. Criação de pelo menos 2.000 novas vagas em cinco anos, associadas a essa nova modalidade.
3. Definição de estruturas curriculares adequadas aos cursos de terminalidade breve, baseadas em:
 - Ampliação e aprofundamento da base de conhecimentos e da capacidade de aprender e estudar por si só;
 - Integração da pesquisa e da extensão aos *currícula*, com concessão de crédito às atividades dos bolsistas de iniciação científica e artístico-cultural, que passariam assim a integrar seus *currícula*;
 - Flexibilização curricular e integração acadêmica de modo a garantir ao estudante a escolha de percursos alternativos de formação.
4. Ampliação dos mecanismos de ingresso na Universidade, com avaliação diferenciada e sem vestibular.
5. Implantação do sistema de atividades interdisciplinares em comunidade, com crédito obrigatório.
6. Implementação de sistema próprio de avaliação, de modo a garantir qualidade crescente a essa nova modalidade.

DIRETRIZES PARA O PLANO DE AMPLIAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE E

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

1. Salvo casos excepcionais, a contratação de docentes, tanto para expansão quanto para reposição, far-se-á exclusivamente no regime de dedicação exclusiva (DE).
2. Limitar em 500 o número de vagas docentes destinadas ao *Programa de Reestruturação e Expansão*, para os cinco próximos anos.
3. Definição de indicadores quantitativos para alocação de docentes relacionados à expansão do número de matrículas em cada um dos módulos, no âmbito do *Programa*, de forma a reduzir a relação entre o número de professores e o número de estudantes.
4. Inclusão, nos indicadores mencionados no item anterior, de fatores que diferenciem cursos diurnos, cursos noturnos e cursos semipresenciais, bem como de fatores que permitam valorar proporcionalmente a carga horária assumida pelas diferentes unidades em cursos.
5. A alocação de vagas docentes para efeito da abertura do respectivo concurso será efetivada no período letivo imediatamente anterior à disponibilização das correspondentes novas vagas docentes.
6. Os critérios para a alocação de novos servidores técnico-administrativos serão definidos após a implantação do banco de servidor técnico-administrativo equivalente.
7. Os critérios para operacionalizar o banco de professor equivalente devem prever que o estoque de vagas resultante de aposentadorias, falecimentos, exonerações e demissões de

docentes seja periodicamente distribuído, segundo prioridades a serem definidas pelo Conselho Universitário.

DIRETRIZES PARA O PLANO DE DIMENSIONAMENTO DOS GASTOS DE CUSTEIO

Diretrizes:

1. Centralização das despesas suplementares de custeio, exceto pessoal, associadas às proposições de novos cursos, de modo a garantir máxima eficiência no uso dos recursos.
2. Reforço do Orçamento de Custeio (exceto pessoal) de modo a atingir o valor de R\$ 160 milhões; esse valor deve servir de base ao processo de reestruturação e expansão.
3. Redução das despesas com os grandes serviços de utilidade pública:

PROJETOS	
	· 1 Habilitação da UFRJ como “consumidor livre” de energia.
	· 2 Implantação de sistema de co-geração de energia a partir de lixo.
	· 3 Licitação dos serviços de telefonia móvel e fixa.
	· 4 Estabelecimento de restrições ao uso de telefones móvel e fixo.
	· 5 Adoção progressiva do sistema VOIP.
	· 6 Renegociar a dívida histórica com a CEDAE.
	· 7 Negociar condições especiais de tarifa.

4. Racionalização das despesas de manutenção, conservação e vigilância ostensiva no *Campus* da Cidade Universitária.

DIRETRIZES PARA O PLANO DE INVESTIMENTOS

O *Plano de Investimentos* tem por finalidade viabilizar a construção de instalações físicas e a implantação de infra-estrutura de apoio, necessárias à transferência para o *Campus* da Cidade Universitária, em um horizonte de cinco anos, das atividades acadêmicas hoje desenvolvidas na Praia Vermelha e em prédios isolados no centro da cidade.

Diretrizes:

1. Concentração dos investimentos em infra-estrutura, destinados à expansão das atividades acadêmicas, exclusivamente no *Campus* da Cidade Universitária.
2. Planejamento de uso compartilhado dos recursos físicos disponíveis (salas de aula, laboratórios, equipamentos, instalações administrativas, unidades de serviço e bibliotecas),

de modo a permitir sua racionalização e otimização.

3. Prioridade, nas ações de implantação da infra-estrutura decorrente das demandas associadas à expansão, para a construção de instalações de uso comum a várias unidades e/ou Centros, em especial pavilhões de salas de aula, e para os que se destinam à assistência estudantil (restaurantes universitários e alojamentos).
4. Elaboração de estudos técnicos com vistas a ampliar as vias de acesso à Ilha da Cidade Universitária, melhorar a administração do tráfego na Ilha do Cidade Universitária e diversificar a oferta de transporte público, inclusive em diferentes modalidades, como forma de subsidiar a ação pública indispensável para se evitar uma previsível crise em decorrência do aumento significativo da população usuária da Ilha.

ANEXO I

CURSOS NOVOS VINCULADOS A UNIDADES			
MODALIDADE: PRESENCIAL DIURNO			
CENTRO	UNIDADE	CURSO	NOVAS VAGAS
	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Administração	30
		Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	16
	Faculdade de Direito	Direito	105
CCS	Escola de Enfermagem Anna Nery	Enfermagem	30
	Faculdade de Farmácia	Farmácia	94
	Faculdade de Medicina	Terapia Ocupacional	96
	Faculdade de Odontologia	Odontologia	16
	Instituto de Bioquímica Médica	Bacharelado em Biotecnologia	72
	Instituto de Ciências Biomédicas	Ciclo básico flexível em Biociências	42
	Instituto de Microbiologia		10
	Instituto de Nutrição	Nutrição	120
		Gastronomia	
	Instituto de Saúde Coletiva		160
CFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Licenciatura em Filosofia	40
	Faculdade de Educação	Pedagogia	50
CLA	Escola de Belas Artes	Artes Cênicas	100
		História da Arte	
		Restauração de Bens Culturais	
	Escola de Química	Engenharia Química	110
		Química Industrial	

		Engenharia de Alimentos	
		Engenharia de Bioprocessos	
	Escola Politécnica	Curso Básico Opção	100
TOTAL DE NOVAS VAGAS			1191

CURSOS NOVOS VINCULADOS A UNIDADES			
MODALIDADE: PRESENCIAL NOTURNO			
CENTRO	UNIDADE	CURSO	NOVAS VAGAS
	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Ciências Contábeis	60
	Faculdade de Direito	Direito	57
	Instituto de Economia	Economia	80
	Escola de Educação Física e Desportos	Licenciatura em Dança	160
		Bacharelado em Teoria da Dança	
	Escola de Enfermagem Anna Naery	Enfermagem	20
	Faculdade de Farmácia	Farmácia	60
	Instituto de Biologia	Básico unificado	30
	Instituto de Bioquímica Médica	Bacharelado em Biotecnologia	30
	Instituto de Nutrição	Nutrição	200
		Gastronomia	
	Escola de Comunicação	Produção Editorial e Multimídia	38
	Escola de Serviço Social	Serviço Social	30
	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	60
CT	Escola de Química	Engenharia Química	100
		Química Industrial	
TOTAL DE NOVAS VAGAS			925

CURSOS NOVOS DE NATUREZA INTERDISCIPLINAR				
MODALIDADE: PRESENCIAL DIURNO E NOTURNO				
			NOVAS VAGAS	
			DIURNO	NOTURNO
CCJE/CFCH	IE, FND, FACC (CCJE) e IFCS (CFCH)	Relações Internacionais	120	0
CCJE/CFCH	Todas	Ciclo básico comum	0	0

CT/CCMN	EQ, Poli (CT) e IF, IGeo, IM, IQ e OV (CCMN)	Ciclo básico comum	0	0
CCJE	IE, IPPUR, FACC, FND	Gestão Pública	40	0
CCMN	IQ, IF, IM e IGeo	Bacharelado em Ciências da Matemática e da Terra	310	480
CCS		Ciclo básico comum	0	0
TOTAL DE NOVAS VAGAS			470	480

CURSOS NOVOS EM <i>CAMPUS</i> NO INTERIOR				
MODALIDADE: PRESENCIAL				
CENTRO	UNIDADES ENVOLVIDAS	CURSO	CAMPUS	NOVAS VAGAS
CCJE	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Ciências Contábeis	Macaé	40
CCMN	Instituto de Química	Licenciatura em Química	Macaé	70
CCS	Escola de Enfermagem Anna Nery	Enfermagem	Macaé	40
	Faculdade de Farmácia	Farmácia	Macaé	50
	Faculdade de Medicina	Medicina	Macaé	60
	Instituto de Biologia	Licenciatura em Biologia	Macaé	12
	Instituto de Nutrição	Nutrição	Macaé	40
CT	Escola Politécnica	Engenharia	Macaé	0
CCS/CT/CCMN	IBCCF, Escola Politécnica, EQ, IQ, IF e outras	Biotecnologia Nanotecnologia Metrologia	Xerém	0
TOTAL DE NOVAS VAGAS				312

TOTALIZAÇÃO	
MODALIDADES	NOVAS VAGAS
CURSOS NOVOS VINCULADOS A UNIDADES (MODALIDADE: PRESENCIAL DIURNO)	1.191
CURSOS NOVOS VINCULADOS A UNIDADES (MODALIDADE: PRESENCIAL NOTURNO)	925
CURSOS NOVOS DE NATUREZA INTERDISCIPLINAR (MODALIDADE: PRESENCIAL DIURNO)	470

CURSOS NOVOS DE NATUREZA INTERDISCIPLINAR (MODALIDADE: PRESENCIAL NOTURNO)	480
CURSOS NOVOS EM <i>CAMPI</i> NO INTERIOR (MODALIDADE: PRESENCIAL)	312
T O T A L	3.378

TOTALIZAÇÃO	
CENTRO	NOVAS VAGAS
CCJE	428
CCMN	860
CCS	1.342
CFCH	218
CLA	100
CT	310
CCJE/CFCH	120
TOTAL	3.378

ANEXO II

a) Campus da Ilha da Cidade Universitária :

- Ocupação atual:
 - i. Maioria dos cursos e unidades acadêmicas vinculados ao Centro de Ciências da Saúde, , ao Centro de Letras e Artes e ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, bem como todas as do Centro de Tecnologia;
 - ii. Unidades do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (COPPEAD e IPPUR);
 - iii. Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira;
 - iv. Importantes institutos de pesquisa: CENPES, da Petrobrás; CETEL, da Eletrobrás; Centro de Tecnologia Mineral, do MCT; além de unidades ligadas à Comissão de Energia Nuclear e à Embratel;
 - v. Fundação Bio-Rio e Parque Tecnológico, que são incubadoras de empresas de elevada densidade tecnológica;
 - vi. Unidades administrativas da UFRJ (Reitoria, Prefeitura Universitária, Escritório Técnica e unidades de serviços gerais);
 - vii. Unidades do Corpo de Bombeiros e do Exército Brasileiro.

- Intervenções previstas:
 - i Novo complexo de prédios para a administração central, Biblioteca Central,

Auditorium e Palácio dos Conselhos; esse conjunto será localizado no centro geográfico da Ilha e será o ponto de convergência dos eixos acadêmicos do *campus*;

- ii Ampliação da área atual do Centro de Tecnologia, com construção de novos laboratórios e de cerca de 60 novas salas de aula de uso comum, no eixo de integração com o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza;
- iii Ampliação da área atual do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, com a construção de novos prédios, no eixo de integração com o Centro de Tecnologia;
- iv Ampliação da área do Centro de Ciências da Saúde, redefinindo usos para laboratórios e construindo cerca de 60 novas salas de aula (Projeto Pente);
- v Recuperação/demolição da ala desativada do prédio que abriga o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e, se for o caso, construção de novas instalações de modo a sediar as unidades do Centro de Ciências da Saúde (Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia e outras);
- vi Expansão do Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira, com a implantação da unidade de oncologia infantil;
- vii Criação do Espaço Unificado das Químicas, aproximando, física e academicamente, em um primeiro momento o Instituto de Química, a Escola de Química e o Programa de Engenharia Química da COPPE;
- viii Construção de instalações adequadas para a Escola de Artes da UFRJ e de novos espaços para exposições, integrando salas de exposição a outros equipamentos da UFRJ como os auditórios e as bibliotecas e constituindo formas mais permanentes de divulgação de trabalhos e projetos da área de criação artística;
- ix Criação do Espaço Unificado das Ciências do Esporte, nucleando, a partir da Escola de Educação Física e Desporto, todo o saber científico e tecnológico ligado ao esporte e constituindo um centro de preparação de esportes de alto rendimento;
- x Criação do Instituto Superior de Educação e do Centro de Formação de Professores, unificando as licenciaturas da UFRJ e executando programas de formação continuada para os professores da rede pública;
- xi Criação do Centro de Desenvolvimento de Novas Tecnologias em Educação, adjunto ao novo Instituto Superior de Educação, o qual poderá abrigar o consórcio CEDERJ;
- xii Criação do Centro de Qualificação e Experimentação dos Movimentos Sociais;
- xiii Criação do Espaço Unificado de Atendimento à Cidadania, na área onde já estão localizados a DIUC — Divisão de Integração Universidade Comunidade (antigo anexo da Pró-Reitoria de Extensão), o ITCP — Instituto Tecnológico de Cooperativas Populares, o IESC — Instituto de Estudos em Saúde Coletiva e onde será localizado o Centro de Referência da Mulher;
- xiv Criação de complexo integrado de prédios (pavilhões com capacidade

para 120 salas de aula, além de prédios para serviços administrativos, laboratórios, gabinetes e biblioteca), atendendo ao conjunto dos cursos de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (Instituto de Economia, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Instituto de Psicologia, Escola de Serviço Social, Faculdade de Direito, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IPPUR e COPPEAD);

xv Relocalização da Escola de Comunicação, no eixo de integração entre as áreas de Artes e Humanidades e o Centro de Tecnologia;

xvi Desenvolvimento do Projeto Orla-Cidade Universitária;

xvii Término das obras do restaurante universitário e construção de mais dois ou três refeitórios, para serviço da alimentação produzida na cozinha central;

xviii Construção de novos alojamentos universitários, com capacidade para mais 500 moradores, de modo a tender não só estudantes de graduação, mas estudantes de pós-graduação e professores e pesquisadores visitantes;

xix Reurbanização das áreas comuns da Ilha do Cidade Universitária;

xx Criação de infra-estrutura de transportes internos;

xxi Definição e construção de novas áreas de estacionamento.

· Áreas para projetos compartilhados:

i Dragagem do Canal do Fundão e urbanização de suas margens (projeto a ser desenvolvido com os governos locais e outros parceiros);

ii Construção de um estádio de futebol, a ser desenvolvida com a iniciativa privada;

iii Implantação de áreas para lazer, esporte e cultura (centro de convenções, arena olímpica, hotel de trânsito, *shopping* com teatro, cinema, livraria etc.), projetos que também serão desenvolvidos com a iniciativa privada.

b) Espacos ocupados pela UFRJ fora da Cidade Universitária:

A concentração das atividades de ensino e pesquisa no *Campus* da Cidade Universitária não significa o abandono pela UFRJ dos locais e instalações em que se desenvolveu historicamente e aos quais está orgânica ligada. A preservação desse patrimônio, com redefinição de seus usos para que melhor atendam aos interesses da sociedade, é parte integrante do presente Programa.

1 Campus da Praia Vermelha:

- Instalações existentes:
 - i. Palácio Universitário, que hoje abriga os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Educação e Comunicação, além do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
 - ii. Prédios do Instituto de Psicologia e da Escola de Serviço Social e prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e seus anexos;
 - iii. Prédios dos Institutos de Neurologia e de Psiquiatria;
 - iv. Pavilhão Mário de Almeida, onde funcionou o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas;
 - v. Outros prédios integrantes do comodato com o MCT (oficina, prédio do Instituto Ciência Hoje e do SBPC etc.).

- Intervenções previstas:
 - i. O Palácio Universitário deverá ser esvaziado de atividades correntes de ensino e pesquisa e restaurado, passando a abrigar acervos raros e o museu da Universidade e a sediar atividades culturais, de acordo com sua vocação natural; os recursos necessários às obras de restauração poderão ser obtidos através da Lei Rouanet, e outras formas de captação de recursos; os cursos hoje instalados no Palácio serão realocizados em novas instalações na Cidade Universitária;
 - ii. Os prédios do Instituto de Psicologia e da Escola de Serviço Social e o prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas deverão ser demolidos e seus cursos e atividades realocizados em novas instalações na Cidade Universitária;
 - iii. Os prédios dos Institutos de Neurologia e de Psiquiatria deverão ser parcialmente demolidos e suas atividades realocizadas em novas instalações no próprio *Campus* da Praia Vermelha, de modo a continuar dando assistência ao público local;
 - iv. Construção do complexo de Atendimento Neuro-Psiquiátrico, incluindo o Instituto de Neurologia e o Instituto de Psiquiatria, articulados ao Hospital Pinnel, hoje sob gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro; já estão em curso negociações com a Secretaria Municipal de Saúde com vistas a um convênio de cooperação;
 - v. O Pavilhão Mário de Almeida será mantido e restaurado, para abrigar o futuro Museu da Física, em projeto a ser desenvolvido conjuntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia.
 - vi. Os demais prédios integrantes do comodato com o Ministério de Ciência e Tecnologia (oficina, prédio do Instituto Ciência Hoje e do SBPC etc.) serão igualmente demolidos; a oficina do CNPq será transferida para a Ilha da Cidade Universitária, enquanto a SBPC e o Instituto Ciência Hoje serão alojados no Palácio Universitário.

vii. Construção do Teatro Universitário, com capacidade para 500 pessoas, que servirá para eventos acadêmicos e para dar visibilidade à produção artística da Universidade, servindo simultaneamente a Cidade do Rio de Janeiro e podendo igualmente articular e fazer convergir a produção de outras universidades públicas do Estado, como é o caso das escolas de Teatro e de Música da UNIRIO.

- Área para projetos compartilhados: faixa de 20 mil m², onde hoje estão situados o Canecão, o Bingo e a Casa da Ciência; essa área poderá ser objeto de licitação, com vistas a uma cessão de uso, o que permitiria não só a regularização das inúmeras pendências judiciais existentes, como a captação de recursos suplementares para investimento.

1 Outras áreas e instalações ocupadas pela UFRJ:

- Museu Nacional da Quinta da Boa Vista
- Largo de São Francisco.
- Praça da República (antigo Senado do Império).
- Escola de Música.
- Observatório do Valongo.
- Maternidade-Escola.
- Escola de Enfermagem Anna Nery.
- Hospital-Escola São Francisco de Assis.
- Avenida Rui Barbosa 762.

Calendário de debates

Discussão ainda não emplacou

O gabinete do reitor encaminhou o anteprojeto a decanos, diretores de unidade, superintendentes, conselheiros de todas as diversas instâncias da UFRJ para que seja discutido segundo cronograma aprovado pelo Consuni. Este prevê ampla discussão nas unidades em processo organizado pelos Centros até o dia 30 de agosto. Mas até agora pouca discussão e participação de estudantes, técnicos-administrativos e docentes que não ocupam cargos.

CCMN - A questão foi pauta do Conselho de Centro no dia 16. Seria discutido nas congregações e retornaria ao colegiado. No dia 3 de setembro, às 11h, há reunião com participação aberta para discussão do tema que irá subsidiar nova sessão do Conselho de Centro no dia 5.

CFCH - No dia 20, pautou discussão com membros do colegiado, acompanhada por representação dos técnicos-administrativos no CEG. Nesta segunda, dia 27, haverá outra sessão pública em que se buscará ampla participação, possivelmente com o SINTUFRJ, ADUFRJ e DCE para aprofundar o debate. Será às 14h no auditório do CFCH.

CLA, CCJE e CT - Aguardam o retorno das unidades para marcar uma reunião no centro.

CCS - Somente depois da apresentação do reitor na audiência pública do Fundão, dia 11 de setembro (no Quinhentão, às 10h), é que o tema será discutido nas unidades e depois no

Conselho de Centro.

Falta apresentar quem vai organizar o debate para que os técnicos-administrativos da Administração e FCC possam também influir na discussão e no projeto com sua experiência e envolvimento na gestão universitária.

Cronograma foi ampliado

O cronograma aprovado, junto com o relatório da Comissão do PDE, já sofreu alteração na última sessão do Consuni, uma vez que o MEC ampliou o cronograma: as IFES devem apresentar suas propostas até 29 de outubro.